

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS - MG

Instituto de Ciências da Natureza

Curso de Geografia – Bacharelado

NATAN LEANDRO DE MELO

**A UNIDADE GEOGRÁFICA NOS PROCESSOS DE
GOVERNANÇA E SUAS DELIMITAÇÕES POLÍTICAS
PARA A SUSTENTABILIDADE: ALGUMAS
EXPERIÊNCIAS DO SUL DE MINAS GERAIS**



Alfenas – MG

2022

NATAN LEANDRO DE MELO

**A UNIDADE GEOGRÁFICA NOS PROCESSOS DE
GOVERNANÇA E SUAS DELIMITAÇÕES POLÍTICAS PARA
A SUSTENTABILIDADE: ALGUMAS EXPERIÊNCIAS DO
SUL DE MINAS GERAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como parte dos requisitos para obtenção do título de **Bacharel** em Geografia pelo Instituto de Ciências da Natureza da Universidade Federal de Alfenas - MG, sob orientação do (a) Prof. Dr. Estevan Leopoldo de Freitas Coca.

Alfenas – MG
2022

APÊNDICE D

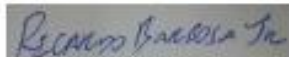
ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE GEOGRAFIA

Aos 29 dias do mês de março do ano de 2022, às 14 horas Transmissão Google Meet:
http://meet.google.com/bec-ktqr-aau_reuniram-se, Prof. Dr. Estevan Leopoldo de Freitas Coca
(Orientador-Avaliador 3), Prof. Dr. Márcio Abondanza Vitiello, (Avaliador 1) e o Prof. Me. Ricardo
César Barbosa Júnior (Avaliador 2) para a defesa do Trabalho de Conclusão de Curso em Geografia
Bacharelado apresentado por Natan Leandro de Melo intitulado "A unidade geográfica nos
processos de governança e suas delimitações políticas para a sustentabilidade: algumas
experiências do Sul de Minas Gerais" Após as arguições e análises o trabalho foi considerado
APROVADO recebendo nota 9,0.

Alfenas, 29 de março de 2022



Avaliador 01 – Prof. Márcio Abondanza Vitiello



Avaliador 02 – Prof. Ricardo César Barbosa Júnior



Avaliador 03 – Prof. Estevan Leopoldo de Freitas Coca

Epígrafe

Once upon a time, there was an old man who used to go to the ocean to do his writing. He had a habit of walking on the beach every morning before he began his work. Early one morning, he was walking along the shore after a big storm had passed and found the vast beach littered with starfish as far as the eye could see, stretching in both directions.

Off in the distance, the old man noticed a small boy approaching. As the boy walked, he paused every so often and as he grew closer, the man could see that he was occasionally bending down to pick up an object and throw it into the sea. The boy came closer still and the man called out, “Good morning! May I ask what it is that you are doing?”

The young boy paused, looked up, and replied “Throwing starfish into the ocean. The tide has washed them up onto the beach and they can’t return to the sea by themselves,” the youth replied. “When the sun gets high, they will die, unless I throw them back into the water.”

The old man replied, “But there must be tens of thousands of starfish on this beach. I’m afraid you won’t really be able to make much of a difference.”

The boy bent down, picked up yet another starfish and threw it as far as he could into the ocean. Then he turned, smiled and said, “It made a difference to that one!”

adapted from The Star Thrower, by Loren Eiseley (1907 – 1977). Available on <https://bit.ly/3JAQa2L>

Dedicatória

Dedico este trabalho aos meus pais, Eliana Ap. da Silva Melo e José L. de Melo, que a tanto me estimam, apoiam e investem em meu futuro.

Agradecimentos

Agradeço meu orientador Estevan L. de Freitas Coca, por termos iniciado uma caminhada juntos na Unifal-MG (2018), e ter me auxiliado na conclusão do curso. Sou grato também aos professores dos quais recebi maior incentivo e/ou ajuda, Flamarion Dutra Alves e Gil Carlos Silveira Porto, e os outros professores que de alguma maneira participaram de minha formação profissional e pessoal.

Agradeço aos meus colegas e amigos, principalmente os que mantenho contato até hoje e sempre tiveram presentes nas diferentes atividades do curso, Júlia Izidoro, Carolina Pires, Débora Haller, Matheus Alves, aos que foram meus conselheiros, Jhonathan Corrêa, Thais Lemos, Rafaela do Rosário e Gustavo Marinho, todos aqueles que me acompanharam nessa caminhada desafiante ao longo dos quatro anos de graduação, e aos que foram essenciais para a finalização desse trabalho de conclusão.

E por fim, agradeço grandiosamente aos meus país, irmãos e família que celebram todas as conquistas comigo, e a Deus por ter permitido cumprir mais uma etapa da minha vida.

Resumo

A pesquisa visa abordar a sustentabilidade segundo o saber geográfico. A sustentabilidade é amplamente debatida e de interesse para diversos stakeholders que tentam se aproximar de um modelo de governança mais sustentável. Tendo isso em mente, o entendimento do papel da geografia nas regulações e delimitações para a sustentabilidade é fundamental para o seu sucesso. Dessa forma, buscou-se especificar dois estudos de caso, a Agenda 21 de Extrema-MG, e os trabalhos da Associação Poços Sustentável, em conformidade com a Agenda 2030. Assim sendo, a pesquisa explorou os processos de criação de projetos e gestão, de políticas e ações públicas, e suas atribuições e desempenho adaptativos para o desenvolvimento sustentável. Isto posto, utilizou-se de revisão bibliográfica e documental sobre os objetos de estudo e entrevistas semiestruturadas para elaborar o trabalho. Em suma, as aplicações estudadas enfrentam barreiras para concretizar as práticas para o desenvolvimento sustentável, e/ou não conseguem terem suas ações ampliadas ao ponto de estabelecer uma transformação satisfatória no âmbito da sustentabilidade.

Palavra-chave: Sustentabilidade; Governança; Geografia; Agenda 21; Agenda 2030.

Abstract

The research aims to list the systematization of sustainability according to geographic knowledge. Sustainability is widely debated and of interest to several stakeholders who seek a more sustainable governance model. With that in mind, understanding the role of geography in regulations and establishments for sustainability is critical for its success. In this way, we sought to specify two case studies, Agenda 21 of Extrema-MG, and the work of Associação Poços Sustentável by following Agenda 2030. Therefore, the research explored the processes of project creation and management, from public policies and actions, and their adaptive attributions and performance for sustainable development. That said, we used a bibliographic and documental review of the object of study and semi-structured interviews to prepare the work. In short, the cases face barriers to implementing practices for sustainable development and fail to have their actions expanded to the point of establishing a satisfactory transformation over the scope of sustainability.

Keywords: Sustainability; Geography; Governance; Agenda 21; Agenda 2030.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	PROBLEMATIZAÇÃO	11
3	OBJETIVOS	14
4	JUSTIFICATIVA	16
5	METODOLOGIA	18
6	REFERENCIAL TEÓRICO	20
7	GEOGRAFIA, MEIO AMBIENTE, NATUREZA E SOCIEDADE	27
8	GEOGRAFIA E GOVERNANÇA	33
9	AGENDA 21 LOCAL DE EXTREMA E GOVERNANÇA	39
10	AGENDA 2030, SUSTENTABILIDADE E A ASSOCIAÇÃO POÇOS SUSTENTÁVEL	51
11	CONCLUSÃO	63
	REFERÊNCIAS	67
	ANEXOS	73

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa tem como essência definir o papel da geografia na formação de políticas públicas voltadas para a sustentabilidade. O amplo espectro de desafios socioambientais contemporâneos, coloca o debate da sustentabilidade no cerne da transformação social e das relações de governança, interligados as metamorfoses do espaço geográfico. Portanto, o trabalho buscou associar as discussões sobre Geografia, Sustentabilidade, Políticas Públicas e Governança, tendo um viés na geografia política e o entendimento dos espaços e fatos políticos-institucionais.

Para tanto, utilizou-se de uma abordagem das relações dialéticas entre sociedade e natureza, a fim de compreender os esforços realizados na implantação de projetos e ações para a sustentabilidade. Tomou-se como direção analítica a Agenda 21 de Extrema-MG e a Associação Poços Sustentável (APS) para sistematizar o objeto de estudo. Com isso, valeu-se dos processos de representatividade e suas complexidades administrativas para atender as demandas socioecológicas.

No nível local, a possibilidade de realizar adaptações pode ser influenciada por fatores como: a capacidade gerencial, o acesso a recursos financeiros, tecnológicos, educação e informação, infraestrutura e o ambiente institucional no qual as adaptações ocorrem (JACOBI, P.; SULAIMAN, S, 2017, p.305).

O trabalho traz iniciativas locais que visam a sustentabilidade. Além disso, mostra quais atribuições e projetos as instituições escolhidas trabalharam ou trabalham. Destarte, a compreensão das mobilizações e implicações que suas atividades desencadeiam, podem ser trazida a indagação quanto ao seu envolvimento e interdependência socioespaciais, considerando as movimentações política, territoriais, sociais, ecológicas e culturais.

Portanto, a pesquisa tentou compilar o caráter entre geografia e os processos de governança para a sustentabilidade. Inicialmente, atentou-se aos desafios que os objetos de estudo poderiam enfrentar, como a falta de coordenação e o baixo nível de adesão e suporte entre os diversos atores envolvidos. Em suma, a idealização da pesquisa veio com o intuito de clarificar as relações de governança e as contribuições da geografia para a melhora da performance e regulação das políticas públicas. Não só, como também afirmar as atividades profissionais que o geógrafo (a) podem atuar para uma gestão pública mais integrativa, como planejamento e ordenamento

territorial, e sua visão estratégica para a tomada de decisões, ao pensar o socioambiental e a sustentabilidade.

2 PROBLEMATIZAÇÃO

As políticas públicas interessam diferentes ciências, uma vez que essas consolidam uma gama de fatores estruturadores e norteadores do fazer político. É reconhecido que as políticas públicas estão inseridas no contexto da Ciência Política, especificamente aparecendo com amplas discussões nos âmbitos administrativos e sociológicos. Porém, não se pode descartar que outras ciências também têm muito a contribuir para o entendimento do processo de criação, reprodução, repercussão e avaliação de uma política pública, como é o caso da Geografia.

Quanto à análise pela geografia, em vista de suas diversas abordagens nas subáreas dessa ciência, prevalece uma visão “do ‘por que’ de uma política pública ter sido desenhada, seus possíveis conflitos, a trajetória seguida e o papel dos indivíduos, grupos e instituições envolvidos na decisão, além dos que serão afetados pela política pública (RODRIGUES, 2014, p. 154).

Na Geografia, a questão das políticas públicas está voltada para a compreensão de suas espacialidades. Por ser uma ciência que tem como objeto de estudo o espaço geográfico, as políticas públicas encontram na geografia diferentes abordagens, como a inserção dos territórios e das diferentes escalas geográficas. A Geografia das políticas públicas ultrapassa a percepção da localização, indo muito além das questões administrativas. Porém, convenhamos que corriqueiramente a Geografia é deixada de lado quando do processo, criação e implementação de políticas públicas.

Mas se há, portanto, um fundamento geográfico na dimensão espacial das políticas públicas, é pertinente questionar a participação da ciência geográfica nesse debate. Diante da maior parte das reflexões sobre o tema, é possível afirmar que a Geografia, muitas vezes, é esquecida, deixada de lado e quando muito é lembrada pela produção de mapas e representações cartográficas nas políticas públicas (FERNANDES, S., 2015, p.20).

De acordo com a autora, ocorre certa omissão da geografia no campo das políticas públicas, assim como acontece também com os gestores públicos para com a geografia. Ao elencar essa relação, podemos considerar que o debate geográfico sobre as políticas públicas ainda necessita de maiores atribuições e desenvolvimento, como afirma Fernandes (*ibid.*, p.79) “a busca por discussões teóricas sobre a relação da ciência geográfica com as políticas públicas é escassa”, a geografia deve aumentar sua participação para a elaboração de políticas públicas e colaborar para a consideração da geografia no espectro político. Isso nos leva ao pensamento de

Castro (2005, p.51) no qual “podemos indicar que é na relação entre a política – expressão e modo de controle dos conflitos sociais – e o território – base material e simbólica da sociedade – que se define o campo da geografia política”.

Buscando associar as políticas públicas aos novos desafios impostos à sociedade atual, bem como compreender os diálogos sobre o desenvolvimento sustentável e a sustentabilidade com os meios de produção capitalista, adentramos em uma outra questão que é o desenvolvimento de uma Geografia Socioambiental¹, que segundo Pinto (2015, p.157) afirma que a “abordagem socioambiental na Geografia brasileira existe, é utilizada de forma crescente nos últimos anos e é uma alternativa para a compensação dos problemas postos da relação sociedade e natureza.”

Além disso, visamos aqui conectar os principais instrumentos ligados à conceitualização das políticas públicas para a sustentabilidade. Apesar de, de acordo com Souza (2009, p.101) “o debate científico sobre os significados entre meio ambiente e desenvolvimento sustentável, ainda não foi feito na Geografia, com a profundidade que esses temas merecem.” Não obstante, relacionamos dois objetos importantes inseridos neste contexto e sua aplicação local, que são a Agenda 21 e a Agenda 2030.

Essa abordagem tenta estruturar uma discussão breve entre um importante objeto político que são as Agendas para o Desenvolvimento Sustentável propostas pela ONU, e que de certa forma tem um caráter regulador, transformativo e de suporte ao planejamento socioambiental e das políticas públicas advindas de um pacto governamental. Os objetivos do desenvolvimento sustentável certamente podem ser inseridos na argumentação sobre as questões suscitadas pelas políticas públicas no que diz respeito aos procedimentos e interpelações no âmbito social, econômico e cultural.

Os ODS's amplificam as discussões políticas e retóricas acerca de diversos elementos. No caso do enfoque socioambiental, este permite adentrar diferentes

¹O envolvimento da sociedade e da natureza nos estudos emanados de problemáticas ambientais, nos quais o natural e o social são concebidos como elementos de um mesmo processo, resultou na construção de uma nova corrente do pensamento geográfico aqui denominada geografia socioambiental (MENDONÇA, 2001, p. 113). O pensamento dessa corrente nasce fundamentalmente da relação sociedade x natureza e lida principalmente com os conflitos e processos advindos das questões ambientais contemporâneas.

políticas como políticas sociais, ambientais, urbanas, rurais e econômicas. Por buscar uma integração, a complexidade do estudo dos ODS's ligados aos problemas socioambientais permite uma expansão do pensamento crítico. É por isso que, neste trabalho, tenciona-se desencadear questionamentos quanto às três esferas propostas: a das políticas públicas, a questão socioambiental e o desenvolvimento para a sustentabilidade.

Portanto, contribuir para uma reflexão geográfica quanto a promoção da sustentabilidade socioambiental e sua aplicação no contexto local. Desse modo, poderemos compreender mais sobre as condições geográficas para o cumprimento de políticas públicas no contexto sustentável, bem como visualizar as contribuições da geografia como chave nos processos de transformação e organização do espaço geográfico e sua relevância para as configurações e eventualidades na relação sociedade x natureza.

3 OBJETIVOS

Este trabalho tem como objetivo refletir sobre a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável, bem como ilustrar de certa forma iniciativas locais para a promoção do mesmo. Além disso, visa se orientar a fim de adquirir indícios para a tentativa de implementação de importantes objetos políticos, como é o caso da Agenda 21 (1992) proposta pela “Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento” – Rio 92 e Agenda 2030 (2015), um acordo multilateral, proposto pela ONU e seus países membros.

A investigação surgiu da indagação quanto à promoção e a articulação da governança dos ODS e do desenvolvimento sustentável na região do Sul de Minas. Os principais motivos foram correlacionar uma discussão teórica segundo a Geografia sobre sociedade e natureza, a fim de conectar os processos de construção e suporte às políticas públicas, como também confrontar os movimentos socioespaciais e socioambientais e suas contribuições para a configuração do espaço geográfico, do mesmo modo que observar as repercussões no contexto geográfico.

A premissa de discutir a sustentabilidade parte da ideia de que esse termo tem sido amplamente utilizado por diferentes veículos de comunicação, informação, empresas e sociedade:

How the very notion of sustainability is leading to the creation of new, interconnected scales of social and political organization (including local communities, cities, regions, states and supra-national networks) which are being used in an attempt to manage the complex social, economic and environmental processes which determine how sustainable our world is. (BULKELEY, 2005 apud WHITEHEAD, 2007, p.9).

Consideramos assim que o processo de idealização da sustentabilidade tem ganhado seus moldes segundo sua evolução e adaptação condizente com as diferentes realidades com o propósito de atender as necessidades sociais. Considerando a espacialidade como parte integrante desse processo, não podemos descartar o papel que a ciência geográfica tem em contribuir para a fundamentação e discussão da sustentabilidade e das políticas públicas.

Resultou-se como hipótese que alguns projetos relacionados à sustentabilidade já vêm sendo desenvolvidos, mas sua baixa promoção e capacidade de abrangência não alcançam resultados satisfatórios. A falta de projetos integrados dificulta o cumprimento de metas estabelecidas. A má gestão e integração das

secretarias municipais e dos atores provocam uma má distribuição de recursos e das ações de inserção de planos estimulantes visando a sustentabilidade. A falta de coordenação de uma macro política local, não agrega os municípios, e com dificuldades todas as instituições.

Ainda, as abordagens de governança das ações não estão delimitadas de forma a presumir os agentes e suas dimensões, bem como seu encaixamento sistêmico. Logo, os envolvidos podem não estar considerando os fluxos e processos de governança de forma elucidativa, dificultando a colaboração dos diferentes “stakeholders”, ocorrendo assim um conflito de interesses nas relações de poderes e imposição de um modelo de desenvolvimento hegemônico exploratório, gerando dificuldades para elaboração de um planejamento efetivo.

Portanto, a pesquisa advém do questionamento quanto às interfaces da sustentabilidade, das políticas públicas e a geografia, buscando compreender suas relações a partir do discurso sociedade x natureza. Em síntese, procura-se apontar brevemente quadros e cenários dentro dos temas propostos, a fim de desenvolver algumas das dimensões componentes desses eixos dentro do universo geográfico, contribuindo de certa maneira para uma contextualização das dinâmicas contemporâneas espaciais e sua geograficidade.

4 JUSTIFICATIVA

O desenvolvimento sustentável é amplamente debatido por diversas ciências como economia, engenharias, ecologia e Geografia, estando extensivamente presente nos discursos políticos em diversas dimensões de escala, desde o local ao global. As grandes transformações causadas pela revolução técnico-científica-informacional (SANTOS, 1994a) e as alterações provocadas ao meio ambiente pelo homem como aquecimento global, pandemias, poluição, migrações e conflitos requerem que examinemos as marcas de um capitalismo predatório. As mudanças advindas desses processos e as atuações ativas de políticas e pessoas para alterar o quadro atual ao qual o planeta se encontra, serão as responsáveis por moldar o futuro da humanidade.

The future of humanity and of our planet lies in our hands. It lies also in the hands of today's younger generation who will pass the torch to future generations. We have mapped the road to sustainable development; it will be for all of us to ensure that the journey is successful and its gains irreversible (UN, 2015, p.12).

A sustentabilidade adquire inúmeras faces advindas do dinamismo da globalização e adaptação do capitalismo. Ainda, na Geografia têm-se muito a pesquisar sobre as transformações que ocorrem e modificam o espaço, bem como quais interações possibilitam sua construção. Sendo assim, os ODS's são responsáveis por intervir nas realidades geográficas. A aplicação da governança para a realização da Agenda 21 e para o cumprimento das metas da Agenda 2030, proposta pela ONU, fazem parte dos movimentos de transmutação no mundo em que vivemos. Portanto, esta pesquisa é precedente no que diz respeito ao estudo das interações das políticas públicas com a sustentabilidade e seus agentes na região do Sul de Minas, especificamente nos municípios de Poços de Caldas-MG e Extrema-MG, a fim de compreender as características locais.

A política local, por meio dos relacionamentos, deve enxergar além de seus próprios limites. O espaço torna-se o próprio terreno da política, uma vez que ao pensar espacialmente há um empenho em compreender a multiplicidade. É uma negociação das relações que remeterá à coexistência do social, do humano e do não-humano. Uma forma de manter-se interligado com as diferentes trajetórias tem sido encontrado no meio técnico científico informacional, o que a autora chama de uma política de conectividade, que

envolve negociações entre as diferenças. Não é um conflito de regras entre espaço e lugar, e sim distintas formas de pensar o quão aberto/fechado está o espaço ante a política relacional. A interdependência gera uma discussão em torno do local, conduzindo uma reflexão sobre como a conectividade é desigual, o que acaba por gerar um caráter de diferenciação, os lugares são separados pelos seus atributos. A identidade é a própria condição do político (REZENDE, 2009, p.219).

A análise do desenvolvimento socioespacial, junto à visão das políticas públicas e governança na região estabelecida, ajudará na compreensão das interações dos agentes locais. Da mesma forma, possibilitará entender o discurso político desenvolvido na região e sua inserção no espaço-lugar-ambiente, conceitos fundamentais da geografia interligados aos da sustentabilidade, econômico-social-ambiental. Tudo isso poderá ser aplicado na forma de subsídios para elaboração de políticas públicas, para a gestão e planejamento regional.

Portanto, esse trabalho demonstra sua importância ao propor apontar ações locais, respectivamente nas esferas municipais, contando em salientar iniciativas no enquadramento local na busca pelo estímulo e impulso a sustentabilidade, ou pelo menos tentativa em atender as premissas das Agendas Ambientais pensando na qualidade do meio ambiente atual e para as gerações vindouras, bem como demonstrar a capacidade da Geografia em pensar o mundo social e o ambiental de forma harmônica.

5 METODOLOGIA

A pesquisa realizada tem como intuito ressaltar algumas iniciativas e ações realizadas na região do Sul de Minas (especificamente, Região Intermediária de Pouso Alegre) com enfoque para a sustentabilidade. Visando observar as atuações para a sustentabilidade, esse trabalho também cogitou debater e explorar a discussão sobre esse assunto dentro da ciência geográfica. Valendo-se disso, foram selecionados dois importantes instrumentos ou objetos políticos para ilustrar as atribuições dentro do contexto da política e do desenvolvimento sustentável, que seriam as Agenda 21 e Agenda 2030 da ONU.

Buscar compreender a complexidade organizacional do espaço geográfico, a fim de atestar uma hipótese e contribuir para o conhecimento geográfico requer que sigamos um pensamento científico. Para isso, neste trabalho será utilizado um viés economicista, pois ele permitirá um debate entre as realizações políticas em âmbito local, e resultantes da relação sociedade x natureza considerando como esses dois campos se relacionam e interligam como parte de uma totalidade. Logo, contribuirá para o entendimento do discurso local e quadros gerais no que diz respeito à formação e constituição dos territórios, territorialidades e interações com a política local, respectivamente dos municípios de Poços de Caldas e Extrema.

Procurando contribuir para uma reflexão construtiva do saber geográfico, e considerando os desafios da pesquisa, o trabalho foi dividido em 3 etapas:

1ª Etapa: Os procedimentos que foram utilizados para a realização do TCC, focaram em trazer o contexto local. Primeiramente, foi feito um levantamento e revisão documental da Agenda 21 do município de Extrema-MG e outras bases documentais que servissem de apoio como o plano diretor. Para a Associação Poços Sustentável (APS) foram analisados estatuto e documentos diversos encontrados no website <http://www.pocossustentavel.com.br/index1.html>. Buscou-se disponibilidade de dados secundários que pudessem auxiliar na interpretação das relações entre os agentes no espaço, e caracterização do perfil dos municípios. Concomitantemente, foram desenvolvidos o levantamento e a revisão bibliográfica de livros, anais, artigos, teses, e trabalhos científicos dentro da temática, a fim de fundamentar a base necessária

para a discussão e investigação. Simultaneamente, foram realizados os fichamentos, anotações e observações prévias dessa primeira parte.

2ª Etapa: Nessa etapa, foi trabalhado o levantamento e tratamento dos dados secundários. Elaborou-se roteiros de entrevistas utilizando-se do método de entrevistas semiestruturadas.

Para Triviños (1987, p. 146 *apud* MANZINI, 2013, p.2) a entrevista semiestruturada tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. Os questionamentos dariam frutos a novas hipóteses surgidas a partir das respostas dos informantes. O foco principal seria colocado pelo investigador-entrevistador. Complementa o autor, afirmando que a entrevista semiestruturada “[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...]” além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações (TRIVIÑOS, 1987, p. 152 *apud* MANZINI, 2013, p.2).

Os roteiros foram baseados a fim de explorar melhor os discursos presentes na parte documental, bem como atender as discussões mais recentes sobre os assuntos abordados dentro desses documentos. Finalizado a construção foram identificadas duas potenciais entrevistadas. Uma delas foi a Dora Ribeiro, Geógrafa, Analista Ambiental, atuante na Secretaria do Meio Ambiente de Extrema; a mesma era parte da secretaria executiva para realização da Agenda 21 do município como coordenadora de Educação Ambiental. A outra entrevistada foi a Terezinha Couto, diretora executiva da APS e engenheira civil.

3ª Etapa: Aqui buscou-se fazer a junção dos dados coletados e finalizar as interpretações. Foi feita uma análise holística do que foi apurado. Essa parte constituiu-se na elaboração textual do TCC e apresentação dos resultados e conclusões que serão alcançadas. Alcançou-se as considerações finais segundo as investigações e averiguações realizadas. Conseqüentemente, foram inseridos os produtos constatados e elaborados durante as etapas.

6 REFERENCIAL TEÓRICO

A atual configuração mundial em torno da proposta de um novo desenvolvimento utiliza a sustentabilidade como modelo. Adentrando esse conceito “a sustentabilidade não apresenta fundamento científico rigoroso” (SOUZA, 2009, p.101), percebemos que ele está conectado a diversos setores, seja ele social, político, econômico ou cultural. Isso vai de encontro com as novas demandas impostas atribuídas aos desafios que a humanidade perpassa com a problemática socioambiental associada à relação homem x natureza. É partindo dessa ideia que essa pesquisa propõe discutir elementos inseridos dentro do debate da sustentabilidade, visando conferir a abordagem geográfica sobre esse assunto.

A sustentabilidade é um tópico presente na atualidade em contexto global. A maneira como ela é interpretada e utilizada depende muito das organizações, instituições e grupos na qual ela está inserida. Sua aplicação contém diferentes perspectivas, e esse conceito está em formação, sendo que ele é o principal tema quando falamos em combater a crise ambiental. A relação sociedade e natureza se encontra no cerne das negociações e dos modelos de atividades para a sustentabilidade, sendo que diferentes realidades devem ser consideradas em sua relação ambiental e humana a fim de mitigar os melhores resultados de intervenção para combater o desequilíbrio ambiental. Essa problemática é um terreno riquíssimo para a ciência geográfica que sempre esteve conectada à argumentação das relações do homem com a natureza, sendo que as novas concepções acerca dessas simetrias estão sendo construídas em cima dos novos desafios socioambientais e socioespaciais.

A temática ambiental vem ganhando destaque na geografia brasileira nos últimos anos, pois essa área do conhecimento estuda a questão ambiental com base na análise da relação “sociedade *versus* natureza”, conforme as alterações impostas ao meio físico. Esse destaque pode ser percebido pelo expressivo número de pesquisas relacionadas a esse tema e pela crescente atuação de geógrafos em atividades públicas e privadas que visam à elaboração de diagnósticos, análises e zoneamentos geo e socioambientais (FOGAÇA *et al*, p.30, 2017).

O desenvolvimento sustentável, segundo relatório de Brundtland (1987, p.54) “é o desenvolvimento que atende as necessidades do presente sem comprometer a

capacidade das futuras gerações de suprir suas necessidades”, publicado na CMMAD foi o principal ponto de influência para a disseminação do conceito de desenvolvimento sustentável. Essa concepção de desenvolvimento engendrada a partir da sustentabilidade passou a ser adotada principalmente pelas Agendas do Meio Ambiente propostas pela ONU. Embora cabe ressaltar que segundo Rodrigues (2009) apesar de essa idealização de desenvolvimento sustentável pelo relatório e as agendas ter ganhado o senso comum, este considera o tempo como relevante, desconsiderando ou evitando a amplitude do espaço, do território, das paisagens e dos lugares, sendo que estes são empregados como meras abstrações, desprezando assim a aplicação do espaço.

As configurações socioespaciais e ambientais, juntamente com a disponibilidade de recursos naturais, as vulnerabilidades sociais, e a organização da economia acometem substancialmente a elaboração e o desenrolar de políticas e para a sustentabilidade. Os posicionamentos da sociedade também contribuem para a seleção das políticas públicas. Além disso, atribui-se o papel regulador e norteador ao Estado para a concretização das políticas públicas que segundo Moraes e Turolla (2004, *apud* Fogaça *et al*, 2017, p.44) “este tem por função estratégica conciliar os interesses múltiplos da sociedade - empresas, investidores, grupos ativistas, população em geral, entre outros”, conciliação está proposta pelas Agendas Ambientais. Aqui podemos considerar que no mundo atual as políticas estão sempre atreladas ao Estado. Neste trabalho consideramos política como sendo uma atividade que abrange diversos posicionamentos dentro da sociedade, que de acordo com Fogaça *et al* (2017, p.45), essa pode ser considerada como “uma atividade humana” levando em conta “as decisões políticas, os acontecimentos, a legislação, os aparatos democráticos que passaram a fazer parte dos processos de decisões políticas (nacionais e internacionais) referentes ao meio ambiente” e a sustentabilidade.

Política pública é o processo pelo qual os diversos grupos tomam decisões coletivas, as quais se convertem em uma política comum (algo compartilhado), caracterizada pela palavra inglesa “*politics*”. O conteúdo material destes processos é identificado como “*policy*” (THÉRY, 2011, p.12).

No contexto local e regional a criação de políticas segue um delineamento segundo posicionamentos e condições sociais, culturais e econômicas. Como forma de remediar os impactos e lidar com os desafios ambientais advindos da nova

estruturação espacial e dos modos contínuos de produção Fogaça chama atenção da inserção da política ao lidar com os recursos naturais:

Para vencer tal desafio, a sociedade vem criando estratégias de gestão e planejamento que influenciam as atividades humanas e a relação das pessoas com a natureza. Podemos enxergar as políticas ambientais como uma parte importante dessa relação, pois é por meio delas que ocorrem o planejamento e a regulamentação da exploração e do uso dos recursos naturais no mundo todo (FOGAÇA et al, 2017, p.66)

É dessa discussão que se admite o pressuposto para conectar nessa pesquisa a questão do desenvolvimento sustentável e sustentabilidade com as políticas públicas junto a suas espacialidades, e o papel dos instrumentos de planejamento, colocados por uma instituição supranacional em transformar ou não as atitudes e composições referentes ao espaço em que vivemos.

As políticas públicas enquanto uma de suas ações são intervenções promotoras para o desenvolvimento, buscando garantir acesso a bens, serviços públicos aos habitantes (RODRIGUES, 2014 *apud* TEIXEIRA, 2017, p.179) atuando para minimizar as desigualdades socioespaciais, primando por um desenvolvimento local, regional ou nacional. Nessa medida, as políticas públicas estão intimamente relacionadas aos problemas no campo de desenvolvimento (MELLO-THÉRY, 2011 *apud* TEIXEIRA, 2017, p. 179).

Ilustrando, o termo socioespacial empregado adquire conotações essenciais para a discussão geográfica. Segundo Souza (2013), o socioespacial trabalha as relações sociais de forma inseparável de sua espacialidade. É dessa forma que a questão socioambiental ganha suas acepções geográficas. Salienta-se que a geograficidade é formada e constituída a partir de “um conjunto de objetos e sistemas de ações” (SANTOS,1997), bem como “a espacialização é um momento de inserção territorial dos processos sociais. O espaço é mais do que isso, pois funciona como um dado do próprio processo social” (SANTOS, 1994a, p. 73). Portanto, para entender os elementos integradores do espaço não podemos deixar de enxergar o território como ente que se molda e é moldado segundo suas relações espaciais e sociais. Deve-se, então, explorar as relações de poderes que dão forma e conteúdo ao território, principalmente no cenário político e econômico, advindos das relações sociais.

Deste modo, o território não é estranho à dialética espacial, porém, apresenta dinâmicas assimétricas e diferenciadas que respondem a mesma lógica da produção do espaço e, portanto, na perspectiva que estamos desenvolvendo, do modo de produção capitalista e, no território, se materializam determinadas relações entre a sociedade e a natureza por meio, por exemplo, da efetivação de políticas públicas, que fortalecem a representação

específica e singular do espaço geográfico em distintas escalas que permitem ao capitalismo territorializar-se (WHITACKER, 2017, p.168).

Destaca-se que o ordenamento territorial e a formação das territorialidades locais se reproduzem no território e para o território. Dentro do território encontramos diversos sujeitos nas relações de poder, e o território pode se “desdobrar em espaço percebido, concebido e vivido” (WHITACKER, 2017, p.168).

Trazendo a argumentação para a questão ambiental, sua complexidade requer uma análise interdisciplinar que ultrapasse matérias isoladas. É sabido que ocorre evidentemente uma concentração dos estudos do meio ambiente e da relação sociedade natureza, principalmente nas ciências humanas e naturais. Porém, como afirma Milton Santos (1994c) o objeto da crise ambiental requer que ultrapassemos para uma transdisciplinaridade. O conhecimento epistemológico e a literatura devem ser condizentes com a possibilidade de se entender um material em sua forma holística, para isso é necessário que consideremos diferentes perspectivas e categorias de análise.

O saber geográfico, cuja leitura se dá pelo estudo da distribuição dos elementos no espaço, estabelece correlações entre ramos do conhecimento que ora se aproximam das ciências naturais e ora percorrem caminhos atrelados às ciências humanas (GONÇALVES, K, 2020, p.28)

O que hoje se chamam agravos ao meio-ambiente, na realidade não são outra coisa senão agravos ao meio de vida do homem, isto é, ao meio visto em sua integralidade. Esses agravos ao meio devem ser considerados dentro do processo evolutivo pelo qual se dá o confronto entre a dinâmica da história e a vida do planeta (SANTOS, 1994c, p.141).

Aqui entramos na compreensão do autor sobre a consideração da totalidade do espaço geográfico. A relação sociedade natureza trabalha de igual para igual, não havendo uma sobrepujança de um elemento natural sobre o humano. Essa visão atual de meio ambiente é imprescindível para visualizarmos as causas e consequências de um fenômeno. Essa atuação é uma alteração entre perdas e ganhos. Quanto mais próximo da estabilização melhor. Exemplificando, se ocorrer uma exploração excessiva do solo, sem o tratamento adequado, a produção de alimentos pode ficar comprometida, em virtude do empobrecimento do solo e do meio ambiente do entorno, o que afetará conseqüentemente os trabalhadores e pessoas que dependiam daquela alimentação.

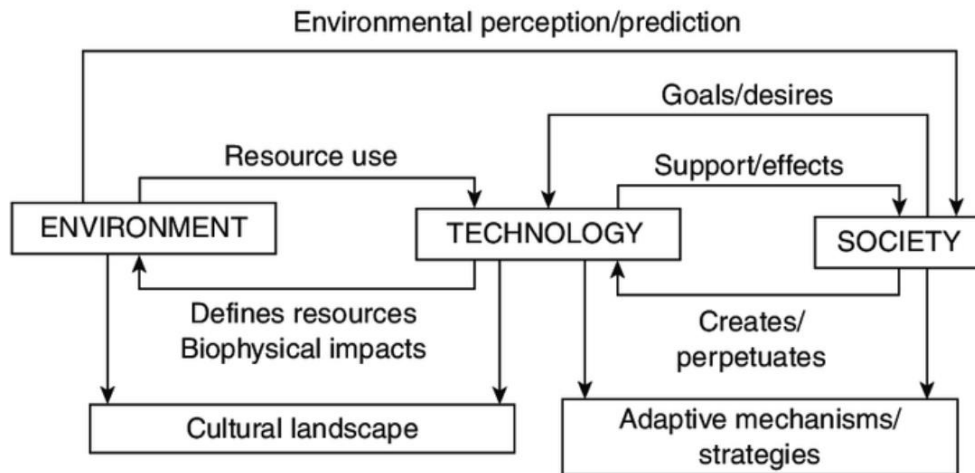
Assim, tornou-se necessária a promoção de ferramentas teóricas que viabilizem o tratamento simultâneo da natureza e da sociedade pela perspectiva espacial, mas que não reduzam a natureza (em qualquer perspectiva ideológica) à condição de recurso matriz/nato da sociedade (GONÇALVES, K, p.28, 2020).

Considerando o meio ambiente e o espaço geográfico em sua totalidade, as formas e os caminhos de análise do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável, pode ser dificultado pelo modelo do desenvolvimento capitalista, que em sua distribuição em níveis hierárquicos permite o disfarce das intenções controladas pelas corporações, organizações e países no poder. De acordo com Smith (1984, p.7) “a produção da natureza não só fornece uma fundação filosófica para discutir o desenvolvimento desigual do capitalismo, mas é um resultado real do desenvolvimento desse modo de produção”.

Com vistas aos desafios e as questões sociedade x natureza, podemos considerar advindos dessa relação que a sustentabilidade teria sua organização em um sistema adaptativo. Segundo Cruz (1998) “meio ambiente, espaço geográfico, meio técnico-científico-informacional. Diferentes designações para um mesmo significado: o espaço, hoje impregnado de técnica, ciência e informação”. Cabe elencar que a autora admite que é no espaço geográfico que se encontra as razões, o que podemos conectar ao pensamento de Suertegaray (2001), onde o espaço geográfico é visto como uno e múltiplo o qual “busca resgatar um ambiente que não se confunda com impactos na natureza, mas que privilegia as derivações e transmutações destes lugares, a partir da construção da vida em sociedade com a natureza.”

Figura 01 – Gráfico Sistema Adaptativo da Relação Ambiente, Tecnologia e Sociedade

(C) Adaptive systems



Fonte: MATTHEWS; HERBERT, 2008, p.91

A presença antrópica no meio e no espaço é percebida pelas modificações e capacidade dos modos de produção construídos pelo homem em alterar o ambiente em que ele vive. No mundo temos uma atenção especial voltada para a configuração da população, sua capacidade tecnológica e demandas de consumo. Visando mediar os grandes impactos causados pelo homem (grandes corporações capitalistas) na natureza, foi criado a concepção para o desenvolvimento sustentável.

A urgência e os riscos levantados denunciaram a indispensabilidade em garantir um ambiente saudável a fim de proporcionar a continuidade das atividades humanas. Para Franco (2001, p.41) “o desenvolvimento sustentável tem como finalidade a integração de preocupações ambientais ao bojo das políticas socioeconômicas, fazendo estas políticas responsáveis por seus impactos ambientais”. Aqui o autor revela que o papel das políticas é fundamental para a nomeação e supervisão dos problemas que concernem a uma estabilização do quadro socioambiental. Partindo disso, segundo Milton Santos (1994a) o estabelecimento atual da sociedade segue o pressuposto de sua tecnificação. Para o autor isso apresenta a capacidade do homem em alterar a natureza por meio de suas técnicas. Segundo ele, o avanço da relação sociedade x natureza encontra-se em um estágio em que ocorre a artificialização dos espaços, e conseqüentemente da natureza. Esses estágios são determinados seguindo fases de modificações, estas estão atreladas ao panorama vigente que atende um modelo de desenvolvimento urbano-industrial, responsável em atribuir os cenários atuais.

A intermediação de um movimento tecnológico é discutida também no relatório de Brundtland (p.54) que advém da conceituação do desenvolvimento sustentável, ao considerar algumas disparidades quanto à adaptação. No relatório temos “a ideia das limitações impostas pelo estado de tecnologia e a organização social da capacidade ambiental em atender as presentes e futuras necessidades”. Podemos conectar isso, ao passo que Purvis; Grainger (2004) realizaram a comparação entre crescimento e desenvolvimento econômico, dizendo que as desigualdades e os impactos ambientais impossibilitam um desenvolvimento sustentável muito menos a sustentabilidade, apesar de que os países, instituições, governo, comunidades, podem trabalhar para chegar o mais próximo de “um grau da sustentabilidade do desenvolvimento”.

Assim sendo, a questão da sustentabilidade, do meio ambiente e da relação natureza e sociedade sempre esteve atrelada ao desenvolvimento, à política e aos modos de produção atual. Portanto, a Geografia de forma promissora, busca entrelaçar dois importantes conceitos que de alguma maneira foram os responsáveis pela sua fundação, natureza x sociedade, a fim de interpretar e contribuir para o entendimento das complexidades e produção do espaço geográfico seguindo a dinâmica atual das interações do meio ambiente.

Banks e Mackian (2000, p. 250 *apud* RODRIGUES, 2014) consideram que a habilidade de agregar e sintetizar informações sobre os lugares e, ao mesmo tempo, estabelecer relações entre o particular e o geral, tem sido privilegiada no ambiente político, onde lhes parece ser cada vez mais significativa a contribuição do geógrafo. Assim, a valorização da dimensão espacial dos problemas e da ação pública pode implicar desafios e também oportunidades para que o geógrafo se destaque como intelectual crítico mais ativo nos processos de elaboração de políticas públicas (COPPOCK, 1974; MARTIN, 2001 *apud* RODRIGUES, 2014).

Em suma, a diversidade e a interdisciplinaridade da Geografia permitem a essa e a seus profissionais geógrafos e geógrafas se aventurarem e consolidarem conhecimentos importantes para as dimensões sociais, culturais, políticas e econômicas para a compreensão do meio ambiente, do meio técnico científico informacional e da relação sociedade x natureza. Por se dedicar a compreender o ambiente e seus aspectos naturais juntamente com os fatores sociais, a geografia é uma ciência que pode contribuir para a problemática ambiental, formação de políticas públicas efetivas e uma melhor qualidade de vida.

7 GEOGRAFIA, MEIO AMBIENTE, NATUREZA E SOCIEDADE

Tivemos o despertar da preocupação do “homem” com a natureza no final do século XX. Foi quando a questão ambiental ganhou espaço na discussão de diferentes organizações e governos, como por exemplo, a Política Nacional do Meio Ambiente, no Brasil, e as normas ISO 14000 sobre gestão ambiental pelas empresas. Para Sachs (1998, p.152) “neste fim de século XX, o social e o ecológico surgem como preocupações maiores em vista dos estragos produzidos pela hegemonia do econômico e o primado da lógica do mercado sobre a das necessidades”. Por isso, apesar de muitos grupos sociais conduzirem o discurso ambiental de forma correta, outros segmentos, principalmente o econômico, se apossaram e distorceram a ideia.

Quanto à abordagem da temática pela ciência, tem se formado desde então subsídios para discutir a questão ambiental, muitas das vezes correlacionando meio ambiente e bem-estar social. Na Geografia, o ambiente sempre esteve presente nas discussões desde os primeiros trabalhos geográficos. Ilustrando, segundo Gama; Melo; Morais (2015, p.154) Humboldt em seu itinerário e com sua capacidade investigativa procurou retratar as características ambientais e naturais da superfície terrestre em seu sentido amplo, enquanto que Ritter caracterizou os parâmetros espaciais do homem sobre diferentes lugares, apontando os esboços formados a partir da relação do homem com o seu meio, vinculado a coordenação espacial e influências históricas. No mais, com o surgimento de novas demandas e a urgência do debate ambiental contemporâneo, surgiram novos desafios para o pensamento e interpretação geográfica.

A fundação do conceito de meio ambiente na Geografia remonta a História do Pensamento Geográfico e suas respectivas fases de evolução. Primeiramente temos a abordagem naturalista (*ibid.*, p.154). Nesse momento, o meio ambiente era visto de uma forma descritiva. Logo depois, duas correntes, a do determinismo e do possibilismo, na primeira aproximando-se do Darwinismo, na qual o meio tinha influência nas comunidades, as condições ambientais e físicas eram determinantes das características e situação social. Ao passo que o possibilismo pregava que as relações sociais e culturais também eram determinantes na alteração e caracterização da natureza, tendo como principal expoente o gênero de vida (adaptação de um grupo social a uma região).

Nessa parte da Geografia² buscava-se mais a homologação dos aspectos e perfis físicos da paisagem, como o relevo e a vegetação. Tem-se nessa época por concepção ambiental a narração e relatórios das paisagens, percorrendo noções básicas propostas pelo positivismo.

A formação da Geografia se deu partindo da análise e avaliação das relações entre o homem e a natureza. O meio natural, as formas e configurações da natureza, bem como a presença do homem nesse ambiente, sempre foram importantes temas de estudo para a geografia. Esses temas foram o principal gatilho para que a Geografia se constituísse em uma ciência. A Geografia nunca dissociou completamente sociedade e natureza, sendo que a presença do homem sempre foi um fator interativo. Por ter essa base, a geografia se mostra importante em estabelecer o diálogo ambientalista, já que sua discussão está presente desde os primórdios de sua formação, salientando, assim, que como ciência ela tem muito a contribuir para os cenários futuros.

Desde a Geografia Clássica se tinha a ideia de que a temática ambiental é destinada à geografia física, a qual lida/lidava com os delineamentos naturais. No começo, o tratamento das formas e fenômenos naturais foram estudados de forma isolada, sem ocorrer uma preocupação direta em correlacionar fatores sociais. Por mais que baseados em abordagens diferentes, muitos foram os autores que contribuíram para a conceituação da natureza como Humboldt, La Blache, Ritter e Ratzel. Chamando a atenção para Réclus, Barreto (2016) destaca que ele foi um geógrafo clássico francês, que se preocupou em entender a questão da relação homem-natureza ao longo de toda sua vida.

Para Réclus, a geografia era uma única ciência, e a natureza e o homem, por ela estudados, formavam um conjunto harmônico em que o meio natural exercia influência sobre o homem, provocando a sua ação, modificando-o, transformando-o, e conduzindo-o a produção do espaço (ANDRADE, 1985, p.21).

Com o polimento dos pensamentos que foram surgindo, o geógrafo Elisée Réclus³ que com sua abordagem marxista, passa a pensar o homem como parte

² Sob influência do positivismo formal e do raciocínio indutivo, a ciência geográfica é caracterizada inicialmente como uma ciência de síntese, descritiva e empírica, conferindo o caráter idiográfico da chamada Geografia Tradicional ou Clássica (CANTELLI et al, 2019, p.192).

³ Reclus foi sempre negligenciado. Durante décadas seus livros e publicações foram deixados no esquecimento, fator esse facilmente compreendido quando se analisa suas obras que sempre privilegiou os explorados na luta de classes [...] Em um terceiro elemento será a grande influência de

inserida na natureza, de certa forma inicia um discurso mais crítico sobre a relação sociedade e natureza.

Já na Nova Geografia⁴, de abordagem teórica quantitativa, a natureza passa a ser analisada partindo dos sistemas de modelagem de paisagem, havendo uma preocupação com a categorização dos “sistemas naturais” e sua representação quantitativa.

Com o surgimento da Geografia Crítica⁵, no final do século XX, novos enfoques surgiram, de modo que parte da Geografia chamada radical considerava o homem como o único agente modificador do espaço geográfico e da natureza. Aqui vemos uma relação de dominação do homem sobre os aspectos físicos e naturais, visto como recursos a disposição da exploração. A partir da década de 60 as ciências humanas adquiriram novas concepções. A principal influência foi o marxismo, que teve ampla repercussão e adesão por parte das ciências. Na Geografia não foi diferente, uma vez que essa passou a considerar questões de cunho social e ambiental com bases econômicas, históricas e políticas. Passa, então, a se ver as primeiras tentativas de uma geografia ambiental e ecológica focada nos temas de justiça social, conservação dos recursos naturais, desigualdades do desenvolvimento, impactos ambientais (MOREIRA, R., 1990, 1984; BECKER, B., 1997; ANDRADE, M., 1984, 1994; VALVERDE, O., 1989; OLIVEIRA, A., 1986,1988; VESENTINI, J., 1989; HARVEY,D.,1982,1989), tudo desencadeado pelas novas configurações socioespaciais e demandas sociais do final do século XX e início do século XXI.

Com a geografia crítica, as perspectivas dentro da chamada geografia humana iniciaram um processo de renovação. A produção do espaço era vista partindo das teorias marxistas do contexto capitalista e da formação social de classes. Porém, os problemas ambientais passaram a ser vistos única e exclusivamente como resultado

outro intelectual Francês, Vidal La Blache que se consolidou como a escola geográfica dominante no período, principalmente no fim do século XIX, ofuscando os demais geógrafos da época. (CASTRO; DUTRA; 2013, p.69).

⁴ O surgimento da Geografia Quantitativa (ou Teórica), caracterizada pela vinculação à filosofia neopositivista, pela adoção do raciocínio hipotético-dedutivo, pelo embasamento em leis e teorias emprestadas das ciências naturais e por uma renovação em termos de linguagem (matemática), trouxe certo vigor a Geografia Física (ANDRADE, 2004; MENDES, 2010 mencionado por GAMA *et al*, 2015 em CANTELLI *et al*, 2019, p.193).

⁵ A geografia crítica ou radical, é fundamentada no marxismo ou nos princípios do materialismo histórico e dialético. [...]esse paradigma geográfico baseia seus estudos nas relações sociedade/natureza, mas centraliza as suas análises na segunda natureza - a natureza produzida pelo homem (OLIVEIRA *et al*, 2008, p.113).

de atividades sociais. Alguns geógrafos criticam a formação desse pensamento que acabou por desconsiderar a inclusão das ciências naturais, e da própria geografia física nas suas concepções. Chamando a atenção para a natureza vista no Marxismo⁶ como ente de submissão a produção capitalista, observando-se assim algumas deficiências nessa nova abordagem.

O ser humano vive da natureza significa que a natureza é seu corpo, com o qual ele precisa estar em processo contínuo para não morrer. Que a vida física e espiritual do ser humano está associada à natureza não tem outro sentido do que afirmar que a natureza está associada a si mesma, pois o ser humano é parte da natureza (MARX, 1968 *apud* ANDRIOLI, 2009, p.1).

Enquanto isso, a Geografia Física continuou utilizando-se da Teoria de Sistemas que demonstra sofisticação para análise de elementos naturais, mas deixa a desejar na apreciação do social como parte inserida nas dinâmicas paisagísticas. Vendo essas dificuldades, a Geografia Física adotou uma nova contribuição para a compreensão do meio ambiente, que foi chamada de Teoria dos Geossistemas⁷, de modo que nela a análise espacial considera a ação antrópica. Essa visão integrativa permitiu a visão do meio ambiente como segmentos associados entre natureza e sociedade.

Toda essa evolução da epistemologia geográfica expõe o duelo (MENDONÇA, 1993,1998; GONÇALVES, C., 1989; HEBERT; MATTHEWS, 2008; SUERTEGARAY; PAULA, 2019) entre a formação do pensamento geográfico, que se dissolve em duas linhas: a Geografia Física e a Humana. O mesmo acontece com as definições e disposições do meio ambiente, que tem na relação homem natureza a disputa pelo espaço geográfico. A separação entre as geografias, assim como a reconstituição do debate ecológico e ambientalista no contexto contemporâneo, atribui a conciliação da ciência geográfica e da relação natureza e sociedade a promoção de um pensamento

⁶ O marxismo mostra que o relacionamento do ser humano com o seu ambiente está mediado pelas próprias relações inter-específicas; e que, dentre estas, são as relações sociais de produção as que governam todas as demais. (FOLADORI, 1999, p.89).

⁷ Um conceito fundamental nos estudos que aplicam a Teoria Geral dos Sistemas é o conceito de Geossistema. Este conceito foi primeiramente enunciado por Sotchava (1977), no início da década de 1960. O autor define Geossistema como “formações naturais” que obedecem à dinâmica dos fluxos de matéria e energia, inerentes aos sistemas abertos que, em decorrência da ação antrópica, podem sofrer alterações na sua funcionalidade, estrutura e organização, pois a interferência antrópica pode alterar a entrada de matéria e energia, interferir no armazenamento e/ou na saída de matéria, modificando assim a entropia do sistema (AMORIM, 2012,p.89).

mais inclusivo. Conforme Suertegaray (2009) *apud* Gonçalves (2020, p.27) “abordagens conjuntas são mais adequadas para repensar a sustentabilidade, pois as dimensões antrópicas e ecológicas do meio ambiente estão intrinsecamente correlacionadas.”

O principal objetivo é contribuir para o diálogo da teoria do conhecimento geográfico, tendo em mente as aplicações dos saberes e da prática geográfica. Consoante com Bispo (2012, p.50), na pós-modernidade “a problemática ambiental é abordada a partir de uma visão holística, tendo a ética como princípio básico sendo a sociedade sujeito e não apenas agente e a dimensão social deve ser enfocada nos problemas ambientais”. Tal afirmação vai de encontro ao pensamento de Gonçalves, C. (1989, p.27), ao elencar o homem-sujeito, podendo este ser ativo ou submissivo.

A abordagem de meio ambiente que foi considerada nesta pesquisa busca uma visão ampla, em virtude de as “relações socioambientais produzirem e transformarem o espaço, tornou-se necessário enfatizar as dimensões social, ecológica, política e cultural da sustentabilidade (para além da dimensão econômica)” (GONÇALVES, K., 2020, p.41). Além disso, a análise aqui fundamentada parte da atribuição de que a promoção de políticas públicas ambientalistas influencia na organização do território.

Tudo é história na relação metabólica porque vem do ato do homem transformar a natureza em sociedade pelo trabalho (fala-se aqui de primeira e segunda natureza ou natureza natural e natureza socializada), que, ecologicamente, é antes de tudo um intercâmbio de força e matéria que se passa entre o homem e a natureza dentro da própria natureza, e socialmente, é o processo de transformação da história natural em história social, e vice-versa (MOREIRA, 2009, p.14).

Somado a isso, permitir uma análise local a fim de colaborar com melhoramentos para a construção de políticas públicas para o planejamento e ordenamento territorial. Ressaltar a importância das políticas direcionadas ao meio ambiente e na relação sociedade e natureza. Ainda, explorar o cenário municipal da Agenda 21 de Extrema e o panorama da APS quanto ao desenvolvimento sustentável.

Com os novos desafios e mudanças frenéticas no comportamento e posicionamento da sociedade quanto às questões ambientais, e as deformações da natureza, a geografia tem um grande caminho a evoluir, sendo que os problemas ambientais são objetos de estudo de fortíssimo caráter geográfico, para qual necessitará uma melhor organização e estruturação dessa ciência, para criação de medidas efetivas e convencedoras no tratamento das adversidades socioespaciais,

e cumprimento do seu papel como uma ciência ativa e aplicada, para que esta ultrapasse “o limite da simples interpretação dos fenômenos para sugerir mudanças, isto é, para se erigir como uma política” (SANTOS, 2000, p.107).

Indeed, the production of new landscapes today puts space and nature—the central themes of geographical inquiry—firmly on the political agenda. Geography is being rescripted as an active political process. This is realized in more academic realms too where, to use Ed Soja’s felicitous phrase, there has been a “reassertion of space in critical social theory (SMITH, 1984, p.7).

O autor quer dizer que, pela geografia abordar diferentes dimensões na formação do espaço, esta permite uma nova visualização dos problemas socioespaciais e territoriais, à medida que a espacialidade é determinante para a estruturação da sociedade, não só isso, mas ela adquiriu atribuições essenciais para a mudança das condições socioambientais, sendo fundamental para o sucesso das agendas políticas, e justamente por conta disso possibilita uma crítica social mais inquisitiva. Pensando na aplicação da geografia como agente mitigador e transformativo em apoio ao ambientalismo, os geógrafos podem trabalhar na avaliação, diagnóstico e consultoria de impactos na implantação de projetos e empreendimentos, buscando assim reduzir as perturbações causadas no meio ambiente. Os profissionais dessa área estão sempre atentos à qualidade de vida a fim de possibilitar intervenções humanas e preventivas, ao mesmo tempo não descartando o desenvolvimento econômico, político, social; agindo como mediadores para a causa ambientalista e como importantes agentes políticos e democráticos, contribuindo para a inserção da espacialidade geográfica nas agendas políticas.

8 GEOGRAFIA E GOVERNANÇA

Pensar a Geografia tendo em consideração a aplicação de uma boa governança no cenário público, administrativo e político, pode ser um desafio. Porém, pode-se pensar a governança a partir de sua atuação no espaço geográfico, bem como a sua dependência dos múltiplos atores envolvidos como: setor privado, governo local e regional, instituições acadêmicas e organizações da sociedade civil.

Ao utilizar o conceito de Governança, entende-se que se relaciona com a implementação socialmente aceitável de políticas públicas, um termo mais inclusivo que governo, por abranger a relação sociedade, Estado, mercado, direito, instituições, políticas e ações governamentais. Governança implica o estabelecimento de um sistema de regras, normas e condutas que reflitam os valores e visões de mundo daqueles indivíduos sujeitos a esse marco normativo (JACOBI *et al*, 2012, p.335).

A governança está intrinsecamente ligada à geografia ao aspecto que representa os diversos interesses e posições tomadas pelos stakeholders. Esses não estão dissociados do espaço, sendo que sua ação contínua determina os rumos aos quais as configurações espaciais tomarão. As conflitualidades que acontecem no espaço geográfico associam o comportamento e as interações entre diferentes atores, estando estes ligados a modelos de governança, que tem como base a conciliação e ou acordo entre as partes divergentes, além de atribuir análise e discernimento do caráter dos envolvidos. Dessa forma, o jogo de poder é considerado, o que nos leva a inserir essa questão dentro do campo da geografia política que mantém “3 dimensões fundamentais”:

1) o pressuposto da política, em seu sentido restrito, como central ao controle e à definição dos limites do cotidiano das sociedades; 2) o território como materialidade e arena dos interesses e das disputas dos atores sociais; e 3) o poder como um exercício resultante de relações assimétricas que se organizam no interespaço do mundo social (CASTRO, 2005, p.52).

A governança, portanto, é baseada nas disposições e diretrizes gerais advindas do cenário político e principalmente do ente regulador, o Estado, que mantém influências diretas sobre a maneira de dirigir uma instituição ou um grupo delas. Igualmente é pela governança que as gestões e planejamentos locais têm seu aspecto inserido no território, que pode abrigar forças diferentes, podendo essas serem discrepantes ou harmoniosas. Essas relações e imposições pelos diferentes atores é

a responsável em distribuir as espacialidades condizentes com a retórica e posicionamentos dos distintos atores.

Trazendo essa visão para a pesquisa aqui apresentada, é necessário compreender a introdução do “ambiente” advindos da legislação e regulamentações determinadas pelo poder público e de regimento das federações. As determinações constitucionais, assim como o aspecto legal de atuação das instituições contam na hora do alinhamento para a produção de políticas públicas, que tem como fundamento essencial os valores e responsabilidades definidos por bases legais.

A noção de Meio Ambiente viu-se ampliada também na doutrina jurídica brasileira. Conforme destacou Sirvinskas (2018), embora a Política Nacional de Meio Ambiente tenha definido Meio Ambiente como —o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas (BRASIL, 1981), a doutrina, ciente das limitações desse conceito, ampliou-o para abranger também as esferas cultural, artificial e do trabalho. Diante disso, a interpretação de meio ambiente ecologicamente equilibrado, dada pela Constituição Federal de 1988, concilia desenvolvimento e meio ambiente, compatibilizando-os de forma a considerar as suas interrelações particulares a cada contexto sociocultural, político, econômico e ecológico, dentro de uma dimensão tempo/espaço no processo contínuo de planejamento (BRASIL, 1988) (CANTELLI, et al, 2019, p.189).

A expansão das considerações pela lei da abordagem sobre o meio ambiente, como visto nessa citação, permite estabelecer um novo rumo para a abordagem holística das questões ambientais. Como mencionado anteriormente, a visão de um ambiente integrativo e complementar que considere tanto os aspectos físicos do ambiente (natureza) e os aspectos humanos (sociedade), proporciona uma efetivação melhor da informação transmitida para a população e outras entidades regentes no território. A formação de uma legislação (quadro 1) condizente com as novas demandas socioambientais e territoriais permite uma organização política mais adaptativa. Ao considerar distintos tipos de ambientes a Constituição (1988) reforça o compromisso para com a sociedade.

Quadro 1. Os distintos tipos de ambiente da Constituição Federal Brasileira

Físico	Cultural	Artificial	Trabalho
Flora	Patrimônios:	Conjunto de	Conjunto de
Fauna	Cultural	edificações	condições
Solo	Artístico	particulares ou	existentes no
Água	Arqueológico	públicas,	local de
Atmosfera	Paisagístico	principalmente	trabalho
Ecosistemas	Manifestações culturais e populares	urbanas.	relativo à
			qualidade de
			vida do
			trabalhador.
(Art. 225, § 1º, I e VII)	(Art. 215, § 1º e § 2º)	(Art 5º, XXIII, art. 21, XX, e art.182)	(Art. 7º, XXXIII, e art. 200)

Fonte: ALENCASTRO, M, 2012, p.18

Esse avanço das definições e emprego do “ambiente” na Constituição de 1988, escala no âmbito geográfico uma atuação para o desenvolvimento territorial. Isso permite com que a atuação da governança se apresenta em frentes específicas, como em setores privados, públicos ou intergovernamentais. Havendo uma delimitação com precisão dos tipos de ambiente, que caiba à interpretação das motricidades do sistema (capitalismo) ao qual estamos inseridos é essencial. Temos o ambiente físico, referente ao meio natural, comportamentos e recursos naturais. O ambiente cultural regido pelo patrimônio e construções advindas do expressar da sociedade. O ambiente artificial, fruto da ocupação humana e da última natureza. E o ambiente do trabalho, força móvel das transformações sociais.

Discutir a governança e o “ambiente” numa perspectiva geográfica é interessante, pois isso nos coloca a pensar qual seria o papel definitivo da Geografia em pré-estabelecer cenários e interpretações referentes às questões e problemas socioambientais, que no fim terão consequências no modo de vida de uma população. Com isso, se considerarmos o modelo proposto pelo Tribunal de Contas da União (TCU) 2020, para análise de governança na administração e gestão pública veremos que (figura 2):

Figura 02. Auditoria Operacional e Governança



Fonte:TCU, 2020, p.15

Trazendo a análise da governança pública e a participação da Geografia, a Geografia estaria envolvida em entender e descrever uma característica a priori do ambiente (pré-condição). Uma vez realizado o planejamento e as relações de governança, essa trará um resultado que pode ter saídas tanto satisfatórias quanto insuficientes ou sem poder de transformação. O processo da criação de uma política pública estaria correlacionado à situação anterior ou atual a fim de atender as demandas sociais, culturais e econômicas e uma nova configuração que atenda o cenário vigente. A governança estaria no processo de construção e estruturação de uma política visando para que esta seja o mais efetiva e transformadora. Toda a aplicação resulta na mudança do espaço geográfico, já que novas diretrizes estabelecerá um novo comportamento social, se atentando ao conteúdo e objetos que serão construídos, o que dará uma nova forma no espaço geográfico (ex. nas cidades: tratamento de esgoto, ciclovias) e assim por diante.

A noção de Governança é apoiada no conceito de poder social que media as relações entre Estado e Sociedade Civil, como espaço de construção de alianças e cooperação, mas também permeado por conflitos que decorrem do impacto das assimetrias sociais e seus reflexos no meio ambiente e das formas de resistência, organização e participação dos diversos atores envolvidos. Essa noção transcende, portanto, uma abordagem mais técnico-institucional e se insere no plano das relações de poder e do fortalecimento de práticas de controle social e constituição de públicos participativos (JACOBI *et. al.*, 2012, p.335).

Esse caráter interpretativo permite à geografia não só entender os movimentos e arranjos espaciais, como também oferecer suporte às análises socioambientais e socioespaciais. Ao considerar o contexto geográfico e o social, em sua relação sociedade x ambiente, a geografia estará inovando, uma vez que preocupada com as predisposições e condições do território, juntamente com legitimidade das ações dos entes envolvidos, possibilitará o entendimento do mosaico das forças motrizes do desenvolvimento sustentável.

Voltando ao gráfico 2, ao considerarmos o papel da governança para o cumprimento e sucesso de políticas públicas, essa deve promover os meios e subsídios necessários para uma efetivação justa do que foi planejado, o que nos leva a considerar os quatro principais meios apresentados por Purvis; Grainger (2004, p.97): o meio material, o meio legal, o informacional e o social. No material, que na figura seria os insumos, são os recursos que devem ser alocados, estando incluso os bens e serviços. O meio legal é o suporte de bases legais que permitam transações, operações e processos; estando estes ligados aos objetivos e atividades. O meio informacional está conectado a transparência e divulgação dos projetos, este intersecciona as atividades. E por fim o social que é peça chave nas proposições de demandas, além da contribuição para o produto final e para os resultados.

Portanto, ao elencar aqui alguns pontos referentes a governança e a geografia, percebemos que essas têm algumas intersecções. Na geografia humana há uma grande preocupação com os contextos geográficos e as produções sociais, que abrangem estudos socioeconômicos, dinâmicas demográficas e populacionais, conflitos sociais, culturais, políticos, econômicos e ecológicos; e os mais diversos sistemas humanos. Na geografia tem-se as organizações, repercussões e produção do espaço geográfico. Ao passo que ao pensarmos na governança, essa teria um caráter mais estratégico, conforme Dostál; Saey (2002, p.1) “governança é a gestão ou administração, no sentido amplo da palavra, de negócios coletivos, e relacionada a organização (espacial) política da sociedade.” Em suma, a convergência da geografia e governança estaria em delimitar um conjunto de características socioespaciais, no que diz respeito à concretização das oposições e congruências no espaço advindos das relações sociais. Baluga; Carrasco (2020, p.1) vai dizer que “a governança tem sua dimensão espacial devido aos limites (spillovers) e a difusão de adoção dos processos”, isso consequentemente está ligado a sustentação política, e

cabe dentro das diversas geografias, como a econômica e política, o entendimento dos fenômenos, ações e processos sociopolíticos e socioespaciais para a afirmação do saber geográfico.

9 AGENDA 21 LOCAL DE EXTREMA E GOVERNANÇA

A Agenda 21 Global foi um dos documentos mais importantes e líder na delimitação de ações para o desenvolvimento sustentável, advinda da ECO-92 (1992), na qual ficou acordado entre diversos países o compromisso para com a sustentabilidade. Seu conteúdo primordial foi orientar segundo diretrizes para a mudança das atitudes dos governos frente às questões ambientais a qual o mundo passava na década de noventa e aos desafios que ainda surgiriam. O documento teve premissas de se tornar o principal instrumento de planejamento integrativo e com a participação popular e governamental no campo da sustentabilidade. Seu viés baseou-se nas escalas de interação entre o local x global, incitando as autoridades locais a adaptarem um plano para o desenvolvimento sustentável.

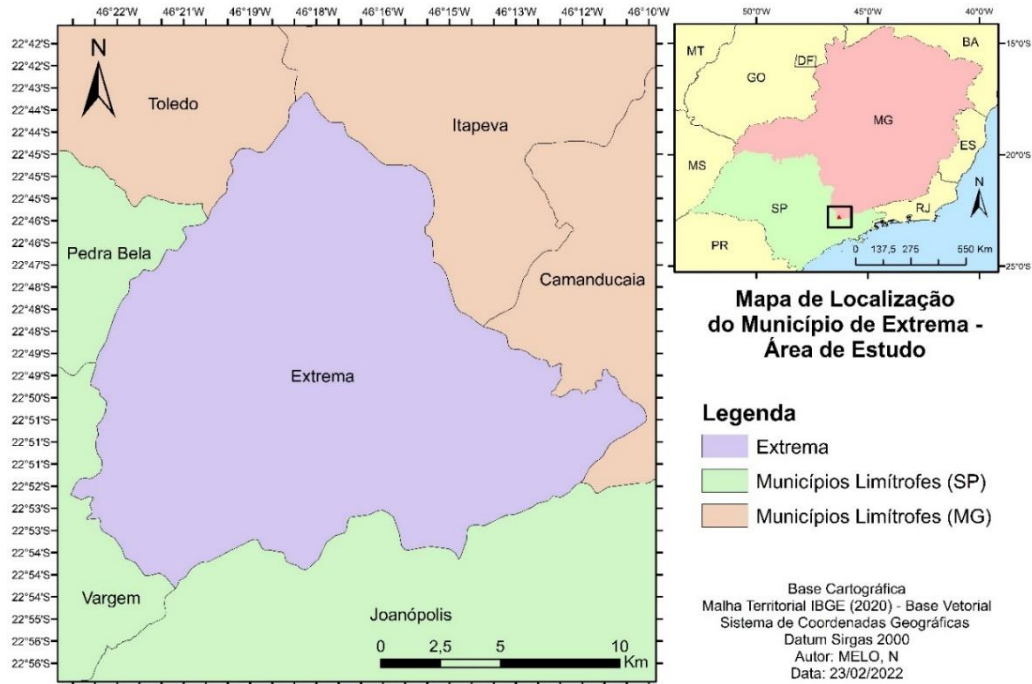
Sua estruturação se deu em meio a propagação de visões estratégicas que fortaleceriam o desenvolvimento socioeconômico. Cabe lembrar que segundo Foladori; Tommasino (2000), podemos considerar que para a ONU o desenvolvimento sustentável tem a sustentabilidade social como forma para o alcance da sustentabilidade ecológica. Ademais, a Agenda 21 foca na linha do “triple bottom line” da sustentabilidade, com foco na manutenção ambiental, promoção da justiça social e desenvolvimento econômico. O principal objetivo da Agenda está em desencadear a inclusão da sustentabilidade no âmbito das políticas governamentais, bem como redefinir os papéis e responsabilidades dos mais diversos agentes para a cooperação e cumprimento da Agenda e aproximação de um modelo de desenvolvimento sustentável.

Partindo dessas considerações, a Agenda 21 Brasileira implementou as Agendas 21 locais, para que os municípios brasileiros conseguissem articular e introduzir um plano para o desenvolvimento sustentável que considerasse a participação ativa dos governos e autoridades locais, assim como a inclusão da sociedade civil na elaboração de um plano estratégico que avançasse para compreender os desafios e atender as necessidades da população e das instituições no geral, a nível local e regional. Em virtude disso, o município mineiro de Extrema desenvolveu sua Agenda considerando um estudo técnico e participativo para a consolidação de sua Agenda 21 local.

O estudo aqui apresentado da Agenda 21 do município de Extrema - MG, foi realizado por meio da revisão documental e entrevista, como mencionado na

metodologia. O município se localiza na Região Intermediária e Imediata de Pouso Alegre (IBGE). A cidade de Extrema (figura 3) se encontra a 107,5 km da capital de São Paulo, São Paulo, acesso pela BR-381, e 483,8 km da capital de Minas Gerais, Belo Horizonte, pela BR-381.

Figura 03 – Mapa de Localização do Município de Extrema



Vale ressaltar que o município de Extrema se localiza na divisa do Estado de São Paulo, portanto este faz parte da Macrometrópole Paulista (LEONEL A. et al, 2019). Ele teve uma população estimada em 2021 de 37649 mil habitantes (IBGE). Em 2014 o município atingiu o primeiro lugar no estado de Minas Gerais no Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (mensura o desenvolvimento socioeconômico considerando emprego, renda, educação e saúde) com 0,8949, pontuando em quarto lugar nos dois seguintes anos, 0,8267 e 0,8357.

Partindo desse cenário, o trabalho propôs-se a fazer uma análise sobre a Agenda 21 do município de Extrema, disposto segundo decreto municipal nº1378/2003. Busca-se aqui relacionar os aspectos referente a governança e condições estratégicas instituídas pela Agenda 21 na tentativa de estabelecer um estudo/plano para o desenvolvimento sustentável e a sustentabilidade do município, focando-se principalmente na esfera municipal. Tudo isso valendo-se da discussão inicial proposta em compreender as dimensões que a geografia pode tomar referente a elucidação de um objeto de planejamento.

De maneira geral, serão abordados os potenciais tópicos referentes a Agenda 21, suas disposições com a tentativa de se alinhar a realidade da cidade. Para tanto, apresentaremos os aspectos de estruturação territorial, ações estratégicas, meio ambiente, desenvolvimento social, econômico, e política urbana. Tudo isso, permitirá compreender o processo de estruturação e elaboração do documento, assim como visualizar qual abordagem foi feita pelo município na construção dele.

O estabelecimento de uma Agenda 21 visa promover a seguridade e direito dos cidadãos ao desenvolvimento sustentável e à qualidade de vida. Sua aplicabilidade é essencial para o planejamento e ordenamento territorial, além de permitir uma gestão e administração pública e privada mais sofisticada. O produto da Agenda 21 parte da ideia de possibilitar um melhor desenvolvimento municipal, inclusão territorial, conservação do meio ambiente, justiça social e gestão democrática. Ele tem uma visão estratégica e intenciona fazer um apanhado permitindo diagnóstico e prognóstico sobre o município.

A Agenda 21 de Extrema está dividida em seis grupos temáticos: Promoção da Sustentabilidade Urbana, Promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável, Infraestrutura para o Desenvolvimento Social e Econômico, Gestão dos Recursos Naturais, Promoção da Sustentabilidade e do Desenvolvimento Humano e Economia Sustentável. Primeiramente foram estabelecidos grupos de trabalho referentes aos eixos temáticos. Posteriormente, foi aberto espaço para a participação das comunidades e empresas que tivessem interesse em predispor suas pontuações. Os organizadores da Agenda se deram cientes na compreensão da importância da Agenda como ferramenta para o planejamento, diagnóstico e prognóstico municipal. Conformemente, era claro o poder das aspirações, transformações e reflexões a serem feitas para situar o município na sua caminhada para o desenvolvimento sustentável e a sustentabilidade, e a inclusão de processo participativo.

O desafio inicial foi considerar e entender o que seria a sustentabilidade no que condiz a visão da sociedade. Nessa parte, o documento traz as premissas classificadas para a promoção da Agenda 21. A primeira é o Compromisso Institucional, referência importante para a consolidação das atividades, uma vez que o fortalecimento institucional seguindo conceptualizações sustentáveis contribui para a produção social. Segundo, temos o Processo Participativo, importante ponto para a inclusão e participação democrática, espaços esses criados com esforço e

necessários para a sustentabilidade e aprovação de uma política pública. Terceiro, temos a Integração das Dimensões Ambientais, Sociais e Econômicas, aludindo ao tripé da sustentabilidade e relação natureza x sociedade. Seguindo, a Integração Intersetorial, ligado principalmente a trocas de informações e recursos para uma gestão pública sólida. Subsequente, a Construção de Parcerias, tópico essencial para a criação de laços e aumento da influência das ações em rede e no território. E por fim, o Compromisso com os Meios de Implementação, visando garantir a incorporação e cumprimento da sustentabilidade.

Além disso, ao idealizar e definir os rumos que a Agenda do município tomaria, ficaram assinalados na Agenda 21 de Extrema, os valores e normas éticas que caracterizaram a criação dela. Foram apresentados sete princípios: Cultura, Valores Éticos e Solidariedade; Valorização do Capital Humano; Governabilidade e Governança; Educação como Instrumento da Cidadania; Recursos Naturais como Suporte do Desenvolvimento; Complementaridade entre o Rural e o Urbano; e Sustentabilidade da Economia. No primeiro princípio, observamos o entendimento da identidade na produção para a sustentabilidade, sendo que ocorre a necessidade do lugar para as interações interpessoais e participativas. No segundo, temos a abertura na estruturação das habilidades capacitivas de pessoas e instituições em atender de uma forma favorável às demandas. Seguindo, aparece um ponto importante em Governabilidade e Governança ao levantar a necessidade de descentralização da gestão e tomada de decisões, tendo como fator delineador o governo. Segundo entrevistada 01, atualmente esse ponto não é satisfatoriamente atendido dentro da prefeitura, uma vez que os setores tendem trabalhar de forma a atender projetos em específico, porém segundo ela “existe um esforço em busca de fazer a implantação” de uma boa articulação entre setores. Em quarto, está a educação ao trabalho da formação cidadã, que em sua forma ampliada deve-se apresentar nos mais diversos campos. Esse tema foi comentado pela entrevistada 01, como sendo desafiador em algumas partes, principalmente na conscientização de adultos e gestores. Subsequente, temos o assunto referente a racionalidade do uso de recursos naturais e seu papel em proporcionar o desenvolvimento atual respeitando os limites de recuperação ambiental e da natureza. Posteriormente, o estudo e considerações da interdependência entre o rural e urbano, revela a preocupação com a gestão territorial das paisagens urbanas e rurais, bem com o nível de influências que uma provoca na

outra. Finalmente, expõe a capacidade econômica em entrar nos trilhos da sustentabilidade, possibilitando a ascensão social e as assimilações do capital.

Seguindo, a Agenda 21 do município apresenta sua lista de prioridades justificando os pretextos e motivações para o alcance de suas metas e objetivos. No capítulo 3, Extrema 2020: Definição da Agenda de Prioridades, fica reiterada a consulta social na formação das diretrizes do documento. Nessa parte são reafirmadas as premissas e valores anteriormente apresentados. Quando a entrevistada foi questionada sobre a continuação da concepção de sustentabilidade, assim como delineada na Agenda, essa afirmou que “a busca do desenvolvimento sustentável não quer dizer que a sustentabilidade será atingida” (Entrevistada 01, 13/12/2021), alguns dos pontos claramente são almejados e desejados, porém atualmente o município encontra-se inserido dentro de uma política desenvolvimentista. Consequentemente, a fundação dos objetivos aprecia a industrialização, agricultura e turismo, como pontos essenciais para a estruturação de sua base econômica (Objetivo 1), o que cabe inteirar que, apesar de pontuar o incentivo aos pequenos negócios, é complementado com a expansão do parque industrial. Nessa parte, é adicionada a criação de políticas de microcréditos para pequenos produtores, e trabalhadores independentes. Tendo em conta, que essa população é mais frágil, a entrevistada foi contestada sobre os incentivos de microcréditos, e ela afirmou que essa parte não teve andamento, e atualmente não existe nenhum interesse em desenvolvê-la.

Por outro lado, na parte da agricultura, é assinalado a necessidade de modernização e tecnificação da produção, focando na regulamentação e redução da aplicação de insumos, além de promover melhor inserção dos produtos locais no mercado e fortalecimento dos grandes e pequenos agricultores. Porém, tal abordagem se não alinhada a uma agricultura sustentável no sentido ao que coloca Giunta; Dávalos (2020, p.164) “estar comprometido com a modernização agrícola, sem fazer ênfase em visões inovadoras baseadas na soberania alimentar” não colabora suficientemente para a sustentabilidade, já que podemos articular isso a ideia que eles (*ibid.*, p.154) ao pensarmos que a agricultura deve estar alinhada a redução da fome, atingimento da segurança alimentar e enriquecimento da nutrição.

Quanto à valorização das pessoas no trabalho, é indicado a qualificação da mão de obra e oportunidades na promoção de empregos, trocas de experiências, e formação de parcerias. Consequente, é dito da potencialidade do turismo como

estímulo ao desenvolvimento sustentável. Segundo a entrevistada, essa parte está sendo bem desenvolvida, e atualmente a prefeitura conta com o Plano Municipal de Desenvolvimento Turístico Sustentável (2021-2031), que traz um estudo atualizado levando em conta metodologias atuais, como por exemplo, a sistematização com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Ademais, no Objetivo 2, é trazida a importância cultural e o bom posicionamento do município nos índices sociais. Dentro do objetivo dois, temos as prerrogativas para a melhora na educação, com investimento em cursos, profissionalização, valorização de professores e alunos, educação ambiental, novamente reafirmando o poder de formação cidadã. Eventualmente, temos também o fomento à saúde coletiva, que visa elevar a qualidade dos atendimentos médicos, de recursos, medicamentos e prevenção. Além disso, é abordado a segurança pública e solidariedade, que trazem a discussão da inclusão social de diferentes grupos, por exemplo crianças, jovens, mulheres e idosos, na participação social, bem como a defesa de seus direitos e comprometimento com o seu bem-estar. E por fim, estímulo ao esporte, com foco em proporcionar acesso às atividades físicas e outros benefícios.

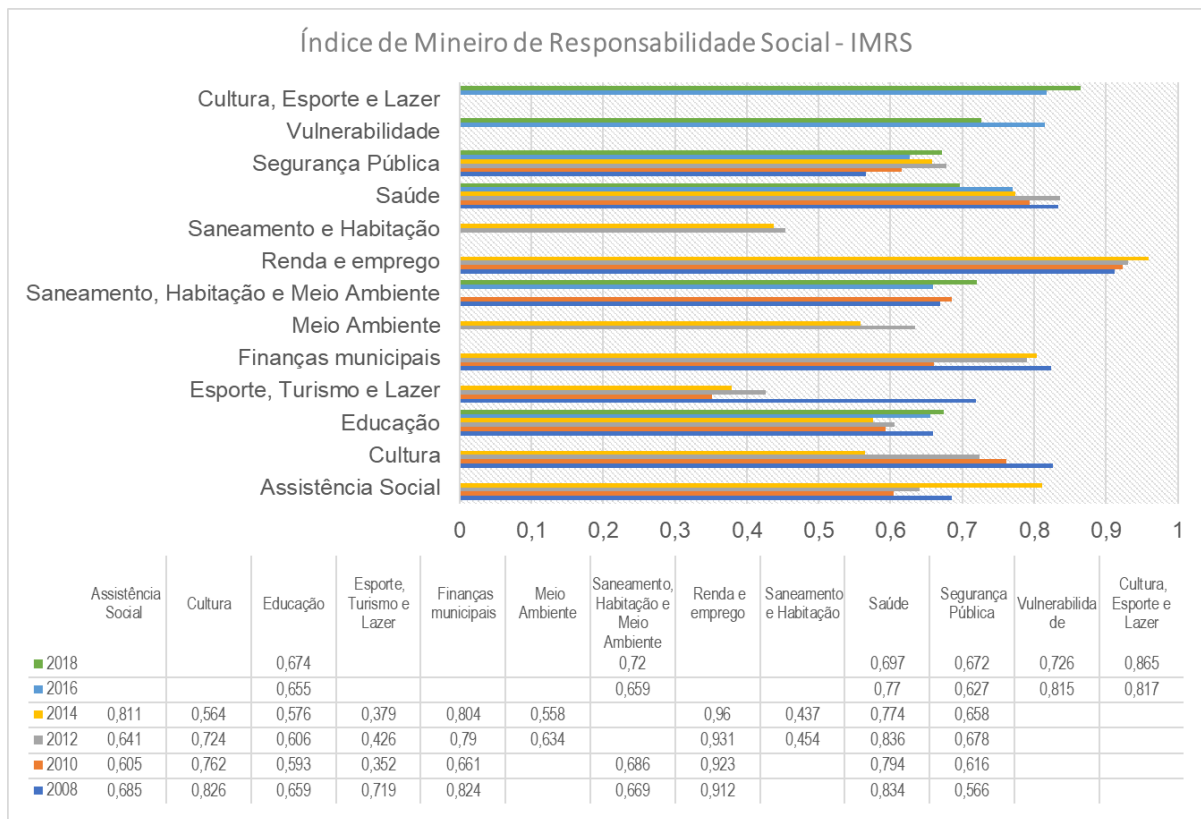
No Objetivo 3, é introduzido o planejamento territorial. Nessa parte foram consideradas as dinâmicas de uso e ocupação do solo, além de fazer referência a uma boa gestão territorial, como forma de inteligência espacial no ordenamento do território. Primeiramente, é estabelecido a gestão municipal, que serve-se de alguns parâmetros urbanísticos. Aqui faz-se referência ao Plano Diretor Municipal. Durante a entrevista, foi perguntado a entrevistada sobre as conexões da Agenda 21 ao Plano Diretor, e segundo Dora, a realização e finalização da Agenda de certa forma serviu de base, ou teve suas influências para a estruturação e revisão do plano diretor do município, que no Art.1º faz referência a Agenda 21. Outrossim, no plano diretor o capítulo 5 é dedicado ao desenvolvimento econômico sustentável, e o termo sustentável aparece 11 vezes no documento. Entretanto, a interpretação permite dizer que o termo correto que deveria ter sido empregado no plano diretor deveria ser crescimento econômico, e pode ter tido o significado enviesado, que de acordo com Dora, o plano diretor tem caráter estritamente desenvolvimentista. Por outro lado, é adicionado ainda ao objetivo três, infraestruturas e serviços, como saneamento, energia, transporte e habitação de qualidade.

O Objetivo 4 é dedicado exclusivamente ao manejo dos recursos naturais, perpassando pela conservação dos recursos hídricos, preservação da biodiversidade, gerenciamento ambiental das produções industriais e agrícolas e gestão ambiental de qualidade. No discurso, fica claro o interesse do município em fazer o esforço e trabalhar conjuntamente com comitês de bacias hidrográficas, órgãos federais e estaduais, como por exemplo, o SISEMA, e outras instituições. Sabendo do sucesso do programa Conservador da Águas, criado no município, o qual é um PSA (Pagamento por Serviços Ambientais), com o propósito de recuperação, proteção ambiental e dos mananciais; a entrevistada afirmou que esse programa nasceu da Agenda 21. Isso confirma que iniciativas locais têm seu impacto, o que foi desencadeado pelo incentivo de criação da Agenda 21. Se considerarmos características de ampliação, em uma linha de raciocínio, a Agenda 21 estimulou a criação do Conservador das Águas, que com suas boas relações de governança, possibilitou a estruturação do Conservador da Mantiqueira, que passa atuar a nível regional.

Por fim, no Objetivo 5, foi reiterada a gestão democrática e participativa, juntamente com o aprimoramento institucional. Referente a esse tópico temos a melhora na performance governamental, que busca atuar de forma cooperativa com vizinhos do município, e também almeja a realização de uma Agenda 21 regional. Ademais, compartilhar as responsabilidades para a sustentabilidade com os múltiplos atores, representantes e instituições. Enfim, reafirmando o compromisso em desenvolver a participação popular e democrática, pretendendo consolidar valores éticos e culturais. No capítulo 4 da Agenda 21, Diagnóstico: Entraves à Sustentabilidade do Desenvolvimento, é nomeado a inserção regional de Extrema, bem como diversos outros aspectos, como formação histórica do município, dinâmica populacional, posições do município nos indicadores sociais, estruturas e infraestruturas urbanas.

Para não fazer muitas delongas, pontuamos aqui somente alguns dos aspectos apresentados, bem como a comparação com o Índice Mineiro de Responsabilidade Social (figura 04) que é vinculado a administração pública, como forma de entender se ocorreu ou não uma evolução nos indicadores e desenvolvimento sustentável no município.

Figura 04 – Índice Mineiro de Responsabilidade Social, Indicadores Extrema-MG



Fonte: Fundação João Pinheiro, acesso em 23/02/2022

O IMRS da Cultura, Esporte e Lazer mede as disponibilizações de espaços e condições que possibilitam a prática dos mesmos, levando em conta, diversos aspectos do desenvolvimento humano, como conservação do patrimônio e outras manifestações artísticas e culturais. Nessa parte é notada uma pequena melhora entre os anos de 2016 e 2018. Porém, ao visualizarmos o IMRS de Cultura separadamente, percebemos que houve uma debilitação, em 2008 com 0,826, finalizando em 2014 com 0,564. Isso pode estar ligado aos espaços de fomento para a afirmação dos grupos e expressões culturais.

Quanto ao índice de vulnerabilidade, esse busca retratar as condições sociais, bem como o nível de inclusão e assistência social das pessoas em carência, estando este ligado ao CadÚnico. Nele ocorreu uma diminuição de quase 0,1% entre 2016 e 2018, o que pode ser entendido que houve um aumento no número de pessoas com necessidades, e os serviços prestados podem não ter atendido uma demanda excessiva. Ao observarmos o índice de assistência social à parte, fica claro que houve um aumento e melhora na busca por atender a população, tendo um alto valor em 2014, com 0,811.

Seguindo para o indicador de segurança pública, relaciona violência e criminalidade com a capacidade de atendimento dos órgãos de segurança. Esse índice apresenta certa estabilidade, atingindo seu maior valor de 0,678 em 2012, e mantendo-se próximo no ano de 2018 com 0,672. Isso confirma que apesar de não ser um valor tão alto, estando entre o perfil de 75% dos municípios mineiros, a segurança pública do município consegue atender aos problemas de criminalidade, a um nível razoável.

Ademais, temos o IMRS sobre a saúde, que busca expressar a situação da saúde no município e os acessos aos bens e serviços dentro dessa área. Observamos no gráfico que ele reduziu significativamente nos últimos anos, aparecendo com seu maior valor no ano de 2012 com 0,836, e os dados do último ano, 2018, foram de 0,697. Isso pode estar relacionado a movimentação populacional, bem como o aumento da população em Extrema e nos municípios vizinhos.

Além disso, temos o índice de Saneamento e Habitação, que está ligado às condições de moradia e acesso a ela e a serviços básicos, como água tratada e tratamento de esgoto. Nesta parte, houve uma pequena redução entre os dois anos analisados, 2012 e 2014. Quando analisamos, o outro índice adicionado o meio ambiente e as condições ambientais, este teve uma melhora, pontuando 0,72 em 2018. Porém, ao analisarmos o índice de meio ambiente, isoladamente, ocorreu uma pequena diminuição.

Por outro lado, o IMRS de Renda e Emprego é um dos melhores indicadores do município, ocorrendo um crescimento gradual, finalizando em 2014 com 0,96, isso se dá devido a localização estratégica de Extrema para a instalação de empresas e possibilidades de oportunidades empregatícias. Quanto ao índice de finanças municipais, que capta a capacidade financeira do município, no gráfico este aparece baixo no ano de 2010, com 0,661, que pode ter tido conexão com a recessão econômica de 2009.

Somado a isso, ao avaliarmos o índice que inclui o turismo, vemos que o município de Extrema, está com uma nota muito baixa, sendo que no último ano avaliado em 2014 o valor era de 0,379, estando entre os 50% municípios mineiros com piores índices, porém como mencionamos o município trabalha recentemente para remediar essa situação. Indo para a Educação, que tem o intuito de avaliar o

sistema escolar, essa tem um indicador regular, apresentando seus piores valores nos anos de 2010, 2012 e 2014, porém retomando um número maior em 2018 com 0,674.

Avançando, discutiremos as informações presentes na Agenda, e como mencionado anteriormente, o município faz parte da Macrometrópole Paulista, e margeia a rodovia Fernão Dias. Por esse mesmo motivo, é esperado que este cresça, devido às condições que a ligação ao mercado (região metropolitana de São Paulo) proporciona, com a inserção do município pelo capital de novas áreas exploratórias, o que fica deixado claro no documento, referente ao poder de transformação. O IDHM na Agenda era de 0,781 em 2000, o que para o ano de 2010 segundo o Atlas Brasil foi de 0,732, observando uma redução.

Na parte de desenvolvimento humano, é relatado informações sobre a saúde, como programas ativos no município, principalmente os promovidos pelo SUS na área de medicina preventiva e tratamento de enfermos. Ainda, ressalta a centralidade de Extrema como polo de atendimento aos municípios vizinhos, com sua estrutura física adequada para atender a demanda do entorno. Já no quesito educação, é dito sobre o acesso a reforço escolar, cursos profissionalizantes, com atuação junto ao SENAI. Entretanto, o documento relata problemas com a infraestrutura educacional, que muitas vezes têm acesso limitado ou não oferece cursos nas áreas de demanda do município. Cabe ressaltar, que o município lançou Lei nº 4074 de 23 de outubro de 2019, a fim de atuar com ações educativas e participativas referente ao meio natural, considerando a educação nos seus mais diversos setores, podendo considerar que os objetivos apresentados na Agenda 21 também adentram essa iniciativa de certa maneira.

Ainda, faz-se menção a cultura, esporte e lazer, referindo-se principalmente aos espaços destinados a manifestações dessas práticas no município e as infraestruturas disponíveis. Por outro lado, é feito o adendo sobre as entidades sociais presentes no município. Além disso, é falado sobre a proteção social e os problemas típicos advindos de um crescimento urbano, como aumento da violência, desemprego, desigualdades e renda reduzida dos grupos mais vulneráveis. Não só isso, é adicionado a falta de integração e entrosamento dos mais diversos atores, fazendo referência a falta de atuação da sociedade civil, o desinteresse das empresas, e a não organização dos múltiplos stakeholders, deixando claro os entraves para a sustentabilidade. Segundo Dora, a falta de coordenação dos diversos entes

envolvidos, juntamente com a ausência de engajamento e motivação do prefeito e da equipe em posse, dificulta ou impede alcançar resultados satisfatórios.

Seguindo, é trabalhado a divisão do uso e ocupação do solo no município, sendo considerado sete áreas: região central, região periférica (bairros), arredores, áreas pseudo-rurais, áreas rurais tradicionais, assentamentos sociais (casas populares) e distrito industrial. Isso é importante para entender as dinâmicas urbanas e a evolução do espaço urbano. Vale destacar que conforme Dora, a maior dificuldade da prefeitura é justamente a gestão territorial.

Informação para a tomada de decisão. O conhecimento e a informação sobre a gestão do território e do meio ambiente urbano aumentam a consciência ambiental da população urbana, qualificando-a para participar ativamente dos processos decisórios. Políticas e ações de educação e comunicação, criativas e mobilizadoras, devem contribuir para reforçar todas as estratégias prioritárias de sustentabilidade urbana (Agenda 21 do Brasil, 2000, não paginado).

À medida que a mudança de encargos/mandatos e liderança não considera o as informações, zoneamento e os parâmetros urbanísticos prévios, isso coloca barreiras para o desenvolvimento espacial do município e efetividade das políticas públicas criadas anteriormente, já que a mudança da forma de governar altera os quadros da governança e atuação no espaço público e geográfico, o que pode provocar desorientação de diversos atores e reorientação em conformidade com novos projetos políticos e estratégias, perdendo-se o que havia sido conquistado anteriormente; o que de acordo com Baluga; Carrasco (2020, p.1) considera que “um dos possíveis fatores que causa dependência espacial inclui a convergência política (Mukand and Rodrik, 2005), a interdependência das decisões políticas (Brueckner, 2003), ou a transmissão das formas de governo (Starr, 1991)”.

Valendo-se do apresentado até aqui, e caminhando para as considerações e esclarecimentos feitos pela entrevistada, a Agenda 21 do município de Extrema foi um grande objeto de estudo e planejamento para o município de Extrema. Sua elaboração foi efetiva, seguindo diretrizes e normas, ao passo que essa completou seu estudo. Para Dora, que foi membro da secretaria executiva da Agenda 21, eles tiveram um bom trabalho na elaboração, porém faltou o monitoramento das ações para que ocorresse continuidade nas transformações e aplicações. A prefeitura acabou se perdendo no caminho para a consolidação da Agenda 21, consoante com Dora.

Segundo ela, a falta de estrutura, técnicos qualificados, sincronia entre os setores, e a falta de integração dos atores sociais contribuíram para um poder de transformação reduzido, seja ela social, espacial, econômica, política e ambiental. Os defeitos estruturais, e a falta de continuação das políticas públicas não permitiram à Extrema avançar com sucesso para o desenvolvimento sustentável. Assim como não houve uma atualização dos planos para a Agenda 2030: “Não teve uma preocupação do prefeito, e de forma integrada, em monitorar a Agenda 21 que nós elaboramos, e depois a preocupação de dar continuidade, adaptando-a à Agenda 2030.

No mais, a entrevistada conclui dizendo que Extrema teve sim seu desenvolvimento em todas as áreas, mas não exatamente nos moldes do desenvolvimento sustentável ou conforme previsto na Agenda 21. Ela menciona que os gestores dificilmente têm um olhar para a sustentabilidade, e que o município peca em revisar seus objetos de planejamento, principalmente os de gestão territorial.

Eles (gestores e autoridades) não conseguem perceber que para fazer o município ter um desenvolvimento sustentável, precisa de uma gestão territorial adequada. Então, o que é feito hoje de gestão territorial, detona o desenvolvimento sustentável do município. Embora se tenha esses esforços, de várias políticas, de vários aspectos para o desenvolvimento sustentável, a gente tem dentro da prefeitura também movimentos que desabonam a sustentabilidade. (Entrevistada 1, 13/12/2021)

Portanto, apesar de o ideal de sustentabilidade se perder em diversos setores, ou ser recusado, a Agenda 21 para o município de Extrema possibilitou o contato com a idealização para o desenvolvimento sustentável, embora essa tenha sua continuidade defasada, em conformidade com Dora, essa permitiu avanços para uma gestão participativa, a proporção de conscientizar parte dos cidadãos extremenses sobre gestão democrática e a importância das políticas públicas, porém ela lamenta que somente a Agenda 21 não tenha tido poder suficiente em firmar uma cultura para a sustentabilidade.

10 AGENDA 2030, SUSTENTABILIDADE E A ASSOCIAÇÃO POÇOS SUSTENTÁVEL

A Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, advinda da Rio +20 (2012), pode ser considerada o segundo marco definitivo para pensar a sustentabilidade e atualizar as definições e abordagens quanto aos desafios e possibilidades para um futuro justo e sustentável. Semelhante a Agenda 21, essa propõe diretrizes, objetivos e metas a serem cumpridos pelos países signatários a fim de proporcionar melhores condições e qualidade de vida para todos.

Na Agenda 2030 temos a delimitação de 17 objetivos (quadro 2), que perpassam diferentes setores de ações. Esses objetivos buscaram incluir e diversificar as frentes de trabalho, sendo mais inclusivos e abrangentes. Neles são definidos os temas a serem desenvolvidos para alcançar um mundo mais sustentável, delineando fatores e metas a serem conquistados, sejam eles no campo da saúde, meio ambiente, economia, educação, e assim por diante. Porém, os ODS recebem críticas, principalmente no campo informacional, que segundo Langford (2016 apud Liverman, 2018), os 17 objetivos e 169 metas são muitos, e bastante complexos para atingir um público ou direcionar políticas, bem como muito ousados, universal e absoluto para obter algum sucesso.

Quadro 2 – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

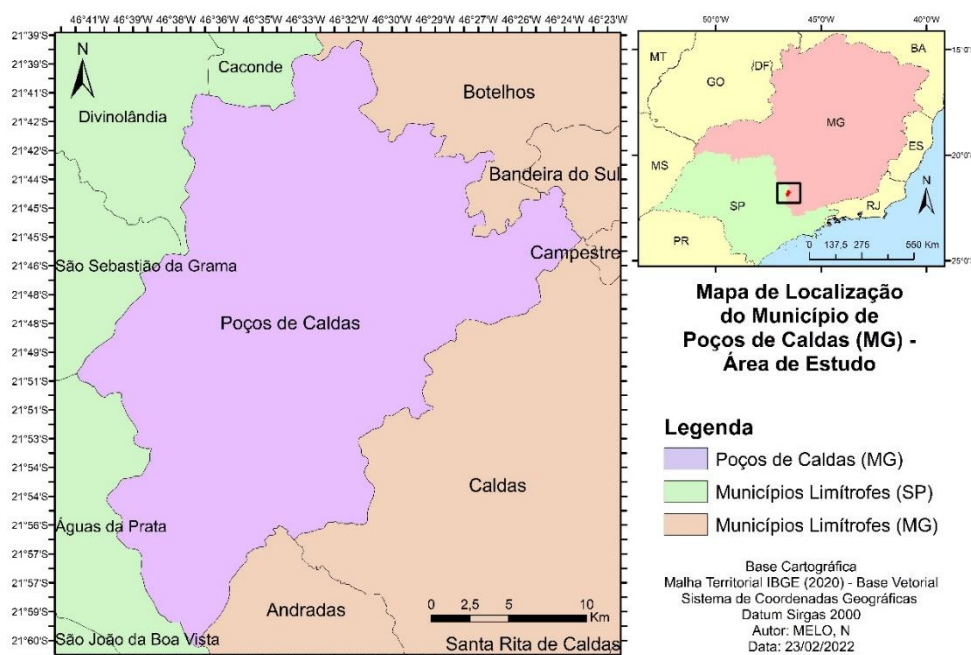
Objetivos	Descrição
1- Erradicação da pobreza	Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.
2- Fome zero e agricultura sustentável	Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.
3- Saúde e bem-estar	Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.
4- Educação de qualidade	Assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.
5- Igualdade de gênero	Alcançar à igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.
6- Água potável e saneamento	Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos.
7-Energia acessível e limpa	Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos.
8- Trabalho decente e crescimento econômico	Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos.
9- Indústria, inovação e infraestrutura	Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.
10- Redução das desigualdades	Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.

11-Cidades e comunidades sustentáveis	Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.
12- Consumo e produção responsáveis	Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.
13- Ação contra a mudança global e clima	Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos.
14- Vida na água	Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.
15- Vida terrestre	Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade
16- Paz, justiça e instituições eficazes	Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.
17- Parcerias e meios de implantação	Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Fonte: ONU, 2015

Procurando apresentar a aplicação dos ODS, foi selecionado a Associação Poços Sustentável (APS), que atualmente trabalha com a promoção de práticas sustentáveis e os ODS no município de Poços de Caldas-MG. Poços de Caldas está localizado na região Intermediária de Pouso Alegre e Imediata de Poços de Caldas (IBGE). A cidade se encontra a 257,9 km da capital do estado de São Paulo, São Paulo, via Rodovia Gov. Dr. Adhemar Pereira de Barros; e 468,2 km da capital do estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, pela BR-381 (figura 5).

Figura 05 – Mapa de Localização de Poços de Caldas



O município de Poços também está na divisa do estado de Minas Gerais com São Paulo, sendo o mais populoso do Sul de Minas Gerais, sendo polo regional e local, contando com uma população estimada de 169.838 pessoas (IBGE, 2021). O município pontuou no Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal, em 9º lugar no estado de Minas Gerais em 2014 com 0,8496, em 2015 ficou em 5º com 0,8236, e em 2016 em 3º colocação com 0,8482.

Primeiramente, retornando ao assunto sobre a associação, cabe aqui dialogar com o que vem a ser uma associação e os contextos ao qual estão inseridas. O movimento associativista sempre teve um viés de luta por direitos e cidadania. Sua intensificação aconteceu principalmente na década de 80, quando os primeiros esforços sociais e ambientais tomavam o cenário no país e no mundo. Não obstante, as associações sempre tiveram um caráter político para além de seu escopo de debate, ações e transformações sociais.

A abertura que as associações permitem com a participação coletiva e da sociedade civil, fazem delas um ponto para a metamorfose do espaço geográfico e socioambiental. Teoricamente, o processo participativo também faz de uma associação um ator na implementação e efetivação da aplicação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. As associações procuram descentralizar os processos decisórios, podendo nos referir a uma governança deliberativa, na qual o diálogo é promovido e a sociedade civil e outros atores também se tornam agentes nas negociações. Gutierrez (2013) sugere que para uma governança efetiva para o desenvolvimento sustentável devemos considerar alguns aspectos importantes:

Seu alcance requer uma estrutura de governança apropriada à sua natureza: a promoção e realização de bens comuns através da ação coletiva. Para isso, não basta a identificação dos objetivos do desenvolvimento sustentável; aparecem como igualmente importantes o processo de envolvimento dos vários agentes envolvidos, assim como o ambiente institucional onde os mesmos se inserem e interagem. (GUTIERREZ, 2013, p.28, grifos nossos).

Partindo dessa sugestão, a APS de Poços é considerada um objeto de estudo interessante, já que está promovendo os ODS, isso levou a verificar quais são os agentes incluídos e o seu funcionamento. Por ser um agente potencial e com influência na criação de diferentes cenários, de acordo com seus interesses e posicionamentos, a associação abrange e faz parte de uma dimensão política.

A associação tem um papel fundamental que é mobilizar um contingente de pessoas. Essas são/serão representantes essenciais na representação da sociedade civil e para imposição das demandas do público. Como associação, a APS se insere em um espaço de disputa política, juntamente com outros stakeholders. Por ser uma peça no jogo político, essa irá atuar promovendo pontuações essenciais para o desenvolvimento sustentável e a sustentabilidade, dentro do município de Poços de Caldas, tendo diferentes repercussões, seja essas com alto poder transformativo, ou simplesmente de caráter educativo. Uma associação tem como privilégio o gerenciamento participativo. Havendo a inclusão de diversos atores sociais, estes transmitirão as diferentes espacialidades que os cercam, permitindo assim que ocorra uma ampliação do conhecimento socioespacial dentro da associação e em seu entorno.

Os arranjos de participação, quando podem contar com uma estrutura associativa preexistente aos novos arranjos participativos, podem incidir positivamente sobre a cultura política local, fortalecendo as características da cultura associativa e gerando novos elementos democratizantes. Neste sentido, a ação pedagógica do associativismo parece operar na lógica de politização de seus membros e de democratização das instituições de governo (CARLOS, E. ; SILVA, M.Z., 2006, p.164).

Como mencionado, se ocorrer um remodelamento da perspectiva pública seguindo os critérios de politização, conseqüentemente teremos cidadãos mais ativos e com maior participação no cenário político. Tudo isso, permitirá que políticas públicas sejam melhor implementadas e alterados os espaços de convivência. Dessa forma, obteremos uma nova configuração do espaço geográfico, já que mudando o comportamento e os movimentos do social, este estará alterando os espaços públicos e o ambiente.

Aqui podemos considerar as categorias do espaço de Milton Santos (1985), na qual as formas antigas de exploração e uso são mantidas, mas adquirem uma nova função, ocorrendo uma reorganização na disposição estrutural, que de alguma maneira está ligada ao processo que dá sustentação aos movimentos, estando ligado ao pensar e agir das ações segundo visões e perspectivas em contínua metamorfose. Exemplificando, uma área de minério e extração, que não será mais utilizada para esse fim, pode se tornar em um parque ecológico utilizando-se de técnicas de recuperação, que dará uma nova forma e função àquele espaço. Seu caráter transformador atrai novos públicos, podendo esse público estar inserido ou não no

processo de revitalização dessa área, que na maioria das vezes foi/está associado a diretrizes políticas e econômicas para reinserção no uso daquele espaço.

A fim de compreender a estruturação da associação que é importante, foi identificado o processo de governança e suas interações. A APS conta com um conselho de administração, o qual é formado por 12 representantes, dos quais dois correspondem a academia, sendo um representante da Unifal-MG e outro do IFSuldeMinas. Outros dois equivalem às organizações locais, sendo a ONG Planeta Solidário e a organização SOS Serra de São Domingos. Seguindo, duas representações do poder público, são um (a) assistente do prefeito e um (a) membro da secretaria de Planejamento, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. Conta com duas indicações da ACIA (Associação Comercial de Poços de Caldas) que representam as empresas. E os quatro últimos, são dois integrantes do conselho administrativo e dois determinados pelos associados. Além da administração, a APS tem um conselho fiscal e um técnico-científico, e a soma de participantes é de aproximadamente 50 membros.

Duas principais atividades estão ativas, uma delas é o Observatório Social Poços Sustentável, que visa democratizar o acesso aos debates sobre a sustentabilidade e os ODS. É um espaço político para a conscientização e discussões dos ODS com a população de Poços de Caldas e interessados. A partir da discussão das temáticas contidas nos ODS, é elaborado um artigo sobre o assunto que resulta em um boletim informativo, esses seguem a discussão das escalas do global para o local. Já foram abordados 9 ODS's, o 3 com o debate sobre a pandemia de Covid-19, o 4 sobre a educação durante a pandemia, o 6 sobre a represa de Bortolan em Poços, o 12 sobre destinação dos resíduos sólidos no município, o 8 sobre a promoção e incentivos para o mercado de trabalho no município, o 15 sobre as áreas de preservação no município, o 1 sobre população de baixa renda ou em vulnerabilidade, o 10 sobre acesso a oportunidades e redução das desigualdades, e o 2 sobre segurança alimentar no município.

A outra atividade é as chamadas “Florestas de Bolso”, que tem como objetivo a recuperação e revitalização de fragmentos florestais. O projeto tem o intuito de proporcionar o reflorestamento com o fortalecimento das espécies nativas, bem como transformar áreas próximas ou dentro da zona urbana que estão desocupadas ou vagas, firmando a importância de áreas verdes e proporcionando melhor qualidade de

vida. Zonas verdes dentro da cidade trazem diversos benefícios, sejam eles hidrológicos, ambientais, ecológicos, paisagísticos ou sociais.

A primeira Floresta de Bolso foi implantada no final de 2017 e inaugurada em 2019, com toda a infraestrutura, como iluminação, passarelas para pedestres, passeios e bancos, no bairro Santa Ângela; a segunda foi implantada no Jardim Kennedy II e, a terceira, nas áreas do CAIC Professor Arino Ferreira Pinto e Centro Educacional Municipal Dr. João Batista Ferreira Monteiro. (ALCOA, 2021).

Outras florestas de bolso também estão sendo promovidas e implementadas. A quarta floresta de bolso foi plantada no Campus da PUC Minas Poços de Caldas, com início em outubro de 2021, em parceria com a faculdade. Atualmente, encontra-se em processo de negociação e implantação outra floresta no Campus da Unifal-MG em Poços de Caldas. As florestas plantadas nas instituições de ensino ganham o conceito de “pocket garden”, inspiração para o nome do projeto, que vem do inglês, esse nome é devido, segundo Muljono et. al (2021, p.1) ao “tamanho dos espaços verdes abertos em campi urbanos que são normalmente pequenos e chamados jardins de bolso”, enquanto que no Brasil ocorreu adaptação para as características e demandas de recuperação locais, como a relação com a regeneração da mata atlântica. Ainda segunda entrevistada 2, a APS está negociando a implantação de uma floresta de bolso no município de Andradas-MG a pedido da prefeitura.

Continuando, a APS participa e têm suas atuações em diversos setores e órgãos, segundo a entrevistada 2, a APS marca presença em conselhos, comitês, fóruns, redes, comissões e audiências públicas. Alguns deles são no CODEMA (Conselho Municipal de Defesa e Conservação do Meio Ambiente), Comdurt (Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Territorial), no Conselho Curador do Jardim Botânico de Poços, ainda participação em dois Comitês de Bacia Hidrográfica, a do Rio Pardo e do Rio Grande. Está presente na RAPS (Rede de Ação Política pela Sustentabilidade). Atualmente, participa das audiências públicas quanto à revisão do Plano Diretor de Poços de Caldas, protocolando e apresentando sugestões. Nessa parte a entrevistada se referiu a uma das sugestões apresentadas, que diz respeito ao alinhamento e sintonia do Plano Diretor com o Estatuto da Cidade, Lei nº10.257. Quanto às parcerias, ela tem vínculos com outras associações locais, o DME (Departamento Municipal de Eletricidade) e patrocínio da ALCOA Foundation. Com isso, a associação se mantém ativa no espectro político e em sua participação

local e regional, atentando-se aos interesses impostos e os em andamento no município.

Ammann (1978) conceituou a participação política como “[...] o processo mediante o qual os membros de uma sociedade tomam parte na produção, na gestão e no usufruto dos bens e serviços dessa mesma sociedade”. Segundo essa autora, tomar parte na produção significa mais que a produção de bens materiais. Significa produzir a sociedade e construir sua historicidade. Por sua vez, tomar parte na gestão da sociedade significa tomar parte no complexo jogo de relações, interesses e decisões geradas pela ação e transformação da sociedade, no campo dos sistemas político e organizacional. Finalmente, usufruir dos bens e serviços significa, além do consumo de serviços básicos (habitação, educação, saúde, trabalho...), também o usufruto dos direitos civis, políticos e sociais (AMMANN *apud* CARLOS E SILVA, 2006).

Em seu discurso sobre a visão de sustentabilidade para a associação, a entrevistada 2 menciona justamente a defesa dos direitos e o desfrute de serviços básicos na saúde, educação, trabalho e habitação. A associação segue o tripé da sustentabilidade, estendendo-se para a área cultural e de governança, tendo relação com os ODS e o Programa Cidades Sustentáveis, o qual abordaremos depois. As pessoas, as associações, as prefeituras e secretarias estão em busca da melhora dos sistemas públicos e infraestruturas. Essa condição já os coloca como agentes, atores com potencial de transformação do espaço público e geográfico, já que uma vez atingido suas necessidades ou metas, o espaço será transformado, apresentando assim melhores infraestruturas e configurações, enquanto que se as requisições não são atingidas ou concluídas, coincidentemente ocorrerá uma precarização daquele mesmo espaço. As políticas públicas, em sua maioria buscam auxiliar esse processo de conquistas sociais e públicas, atuando como catalisador/potencializador dos processos que ocorrem no espaço. Dependendo de sua efetividade e construção, essa pode provocar resultados positivos, ínfimos ou negativos.

[...] frente a determinados quadros políticos e institucionais, o quadro societário movimenta-se, gerando adesões, resistências, conformações, e vice-versa: em uma dinâmica que denuncia a relação de reciprocidade e de interferência mútua entre os elementos que alimentam interações políticas e práticas cotidianas. (CARLOS, 2006, p. 19-20).

Tendo isso em mente, a associação busca inserir-se no diálogo e aproximação das realidades do cotidiano, como dito com o intuito de mobilizar e sensibilizar. Exemplificando, a APS promove campanhas e projetos como o “Diálogos para a Sustentabilidade” que se utilizou de diferentes espaços, como escolas, câmaras

municipais, universidades na conscientização sobre uso da água, reciclagem e mobilidade urbana. Ao todo, tiveram 7 edições, em uma delas foi tratado sobre segurança alimentar com as PANCs (Plantas Alimentícias não convencionais) em um restaurante popular. Outros projetos realizados em conjunto com cooperativas de materiais recicláveis, foram o “Material Reciclável Não é Lixo” e “Economize o Planeta!”, que atendeu as escolas do município ensinando a separar o lixo e propagar os valores da sustentabilidade como o 3R 's e conservação ambiental. Ainda, foi feita uma “feira verde” nas dependências da ALCOA, que buscava expor iniciativas de empresas e das universidades voltadas para a sustentabilidade, atendendo um público entre 600 e 800 pessoas. Por fim, a associação tem o “Giro Sustentável” que é um programa que conta com a ajuda de vários parceiros, normalmente ocorre durante três dias consecutivos, o maior deles segundo a entrevistada 2, contou com 51 atividades e 60 parceiros. Essas atividades abrangem as questões sociais, culturais, ambientais e esportes. Durante um dos Giros foi plantada uma das florestas de bolso. Outro projeto que também teve um público considerável foi o “Economias do Planeta” que utilizou o espaço do shopping de Poços.

Por fim, a inclusão do município de Poços de Caldas no Programa Cidades Sustentáveis (PCS) pode ser considerado uma grande conquista, pois esse partiu da iniciativa da APS. Isso integra o município nas ações e acompanhamentos para tornar a cidade de Poços mais sustentável, participando de uma rede e trocas de experiências. O programa promove eixos temáticos (quadro 3) que se assemelham e estão ligados aos ODS, no campo da sustentabilidade urbana e administração pública responsável.

Quadro 3 – Eixos Temáticos do Programa Cidades Sustentáveis

Eixo Temático	Descrição
Ação Local Para a Saúde	A saúde é determinante para o desenvolvimento humano e a qualidade de vida das pessoas. Por isso, deve ser compreendida como eixo focal de políticas públicas integradas, que considerem áreas como saneamento, coleta de lixo e mudanças climáticas.
Bens Naturais Comuns	Assumir plenamente as responsabilidades para proteger, preservar e assegurar o acesso equilibrado aos bens naturais comuns.
Consumo Responsável e Opções Estilo de Vida	A redução do uso de recursos naturais, da geração de resíduos e da emissão de poluentes passam necessariamente pela mudança nos padrões de consumo e produção.

Cultura para a Sustentabilidade	Desenvolver políticas culturais que respeitem e valorizem a diversidade cultural e a defesa do patrimônio natural, construído e imaterial, que promovam a preservação da memória e a transmissão das heranças naturais, culturais e artísticas...
Do Local Para o Global	Assumir as responsabilidades globais pela paz, justiça, equidade, desenvolvimento sustentável, proteção ao clima e à biodiversidade.
Economia Local, Dinâmica, Criativa e Sustentável	Apoiar e criar as condições para uma economia local dinâmica e criativa, que garanta o acesso ao emprego sem prejudicar o ambiente.
Educação Para a Sustentabilidade e Qualidade de Vida	Integrar na educação formal e não formal valores e habilidades para um modo de vida sustentável e saudável.
Equidade, Justiça Social e Cultura de Paz	O acesso a serviços públicos de qualidade e às oportunidades reais de ocupação profissional como forma de reduzir a desigualdade socioeconômica.
Gestão Local Para a Sustentabilidade	Um modelo para gestões bem planejadas, com visão de futuro e capacidade para se antecipar a transformações econômicas, sociais e ambientais em nível local.
Governança	Governança diz respeito à organização e à articulação do sistema político-administrativo, mas não se restringe apenas aos gabinetes. Ela também envolve a participação dos diferentes segmentos da sociedade civil nos espaços de tomada de decisão.
Melhor Mobilidade, Menos Tráfego	Promover a mobilidade sustentável, reconhecendo a interdependência entre os transportes, a saúde, o ambiente e o direito à cidade.
Planejamento e Desenho Urbano	Para identificar as vocações locais e regionais de um território, estabelecer as regras de uso e ordenamento do solo e elaborar políticas de desenvolvimento municipal no curto, médio e longo prazos.

Fonte: PCS (2022)

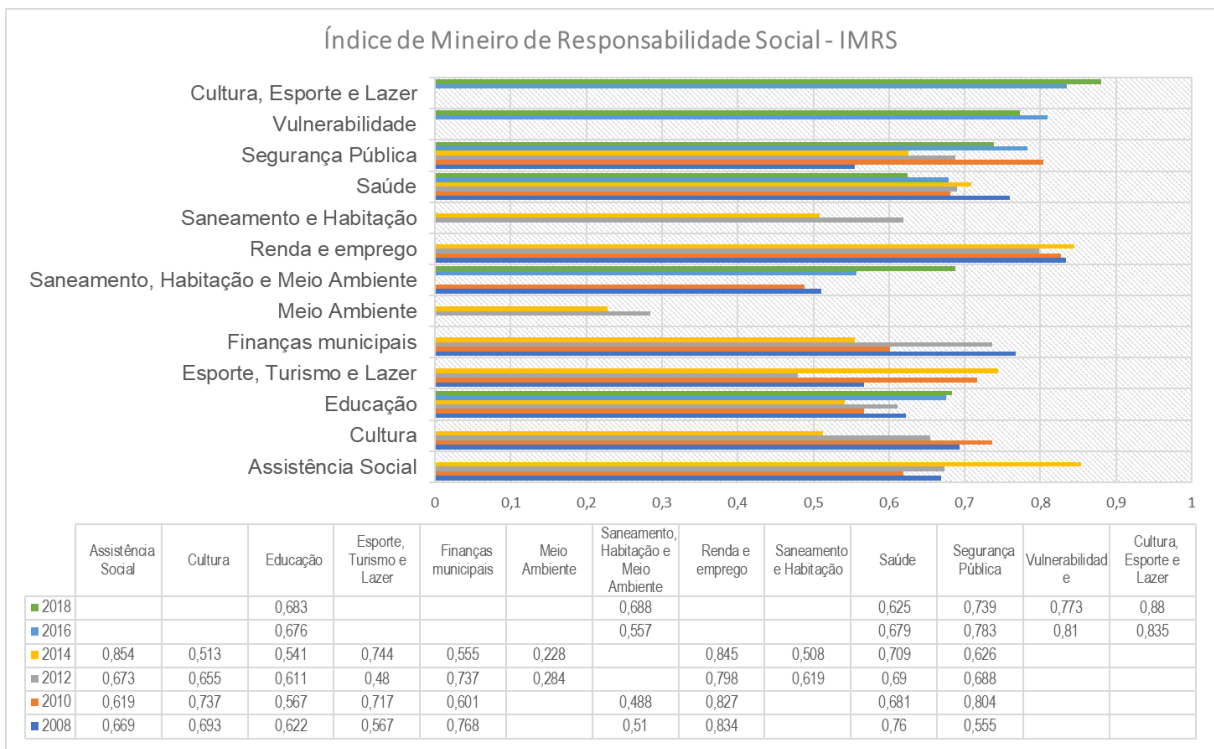
Ao participar do PCS o prefeito do município assina uma carta compromisso, que dispõe das obrigações e objetivos do programa. Os pontos da carta visam fortalecer os eixos temáticos do programa, trabalhando com relatórios e repasses das condições e do posicionamento da cidade nos indicadores para a sustentabilidade. Na carta compromisso temos primeiro o diagnóstico e o plano de metas, que deve apreciar os 12 eixos temáticos e os 17 ODS. Ao que o documento indica, muitas cidades tornam esse diagnóstico utilizando como base o Plano Diretor e o Plano Plurianual para outorgar uma lei municipal. Fica também acordado a realização de um estudo cartográfico social, a elaboração de um mapa das desigualdades da cidade. Além disso, o município tem o compromisso de criar uma comissão para atender o plano de metas. No mais, são tragos alguns pontos referentes à transparência, como

a lei de acesso à informação e parceria com o governo aberto e combate à corrupção. Finalmente, o documento da carta adiciona a cidade ao pacto de prefeitos pelo clima e energia e a estratégia ODS.

Com isso, indo aos indicadores, Poços de Caldas pontuou 58,68/100, estando na 222^o de 770 municípios ativos no PCS, no índice de desenvolvimento sustentável das cidades. O ainda encontra grandes desafios nos ODS 2, 4, 5,10,14, 15 e 16. No ODS 2, o índice traz a falta de estabelecimentos que praticam agricultura orgânica que é zero, e o baixo atendimento da agricultura familiar pelo PRONAF. No ODS 5, é preocupante a falta de presença de mulheres na política no município, com dados de 2016, e a taxa de feminicídio que ainda é alarmante, com dados de 2018. No ODS 10, temos a concentração de renda, com o índice de Gini (dados de 2010) a 0,5. No ODS 14, temos a questão do esgoto tratado, no ODS 15 traz unidades de conservação e uso sustentável que são poucas ou nenhuma, e o ODS 16 que revela preocupação com mortes por agressão (dados de 2018) e taxa de homicídio (dados de 2017).

Os ODS que segundo o relatório já foram atingidos foram os ODS 7 e 12, no 7 temos uma cobertura de energia elétrica em 99,96% da cidade e no 12 atendimento de 100% da população com coleta seletiva e resíduos domiciliar per capita a 96%. A pontuação do índice coloca a cidade de Poços na maioria das variáveis analisadas ao nível de desafios significativos e desafios, conforme são determinados os indicadores. Avaliando o IMRS (figura 6), podemos compreender o desenvolvimento do município nos indicadores sociais e municipais, que são importantes para o entendimento da sustentabilidade, que permite a verificação de evoluções e retrocessos.

Figura 6 – Índice Mineiro de Responsabilidade Social, Indicadores Poços de Caldas-MG



Fonte: Fundação João Pinheiro, acesso em 26/01/2022

Os IMRS de Poços de Caldas indicam as mesmas colocações que foram apresentadas anteriormente. No de Cultura, Esporte e Lazer ele atinge 0,88 em 2018, sendo o maior do município, isso devido a cidade ser uma cidade turística e conter diversos espaços para a promoção da cultura, esporte e lazer, como parques de diversões, espaços culturais, e pontos turísticos diversificados, o que reflete no índice que indica o turismo. Porém, o índice de Cultura, traz uma debilitação apresentando um baixo valor no último ano de análise com 0,513, essa redução pode ser referente a dificuldade dos grupos locais se expressarem, ou ao crescimento da cidade.

Quanto ao índice de vulnerabilidade, esse teve diminuição, ao passo que o de assistência social aumentou, atingindo 0,854, esse desencontro entre esses dois índices pode não ter favorecido a redução das desigualdades como visto no outro índice sobre sustentabilidade, entretanto podemos dizer que pode ter ocorrido uma tentativa de balanceamento.

Consequente, temos a segurança pública, que durante os anos observados demonstra certa instabilidade e oscilações. No ano de 2010 esse ultrapassou os 80%,

porém mostra dificuldades em manter-se alto. Fazendo ligação ao índice das cidades, é justamente nessa área que foram pontuados grandes desafios.

No que diz respeito à saúde, esse tem mais reduções que ganhos, apresentando baixo valor no último ano analisado. Isso pode ser devido segundo SOUZA, L. et al. (2017, p.42) pela cidade estar inserida no grupo de municípios do Sul de Minas que tem maior envelhecimento.

O índice de saneamento e habitação mostra precarização, isso pode ser devido a segregação residencial no município (SILVA; ANDRADE, 2019). No entanto, ao adicionar o meio ambiente, é observado uma melhora significativa, atingindo 0,688. Ao contrário, o índice isolado de meio ambiente, coloca o município entre os piores no estado de Minas, estando abaixo dos 25%, isso pode estar ligado ao nível de industrialização e mineração que ocorre na cidade.

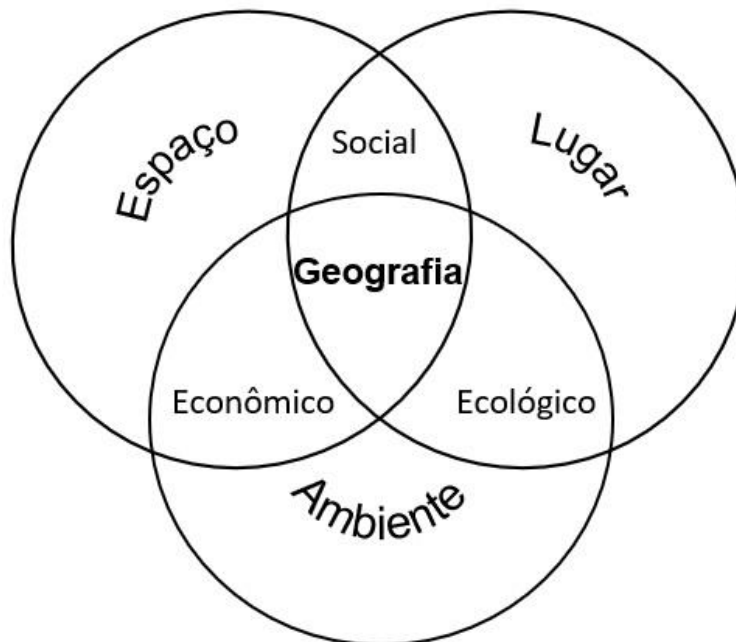
Já, a renda e emprego, mantém uma estabilização com valores altos acima de 80%, com as famílias tendo uma renda considerável. Trazendo as finanças municipais, essas são medianas, apresentam quedas e altas. E por fim, o índice de educação mostra uma melhora gradual nos últimos anos, mostrando certo investimento na educação.

Feito a comparação, os posicionamentos do município nos índices mostram o nível de estabilidade da cidade, podendo considerar ou não uma segurança para a sustentabilidade. O mesmo importa para as ações e atribuições da associação e prefeitura, que seguindo a evolução dos indicadores direciona seus esforços em fazer mudanças para a melhora deles. Tais disposições determinarão os rumos e políticas que deverão ser reforçadas no município e suas perspectivas futuras.

11 CONCLUSÃO

A pesquisa permitiu visualizarmos algumas das conotações (figura 7) entre Geografia, Sustentabilidade, Políticas Públicas e Governança. Esse objeto de estudo é claramente complexo, uma vez que no âmbito de formação e ordenamento territorial temos diferentes estratégias e interesses em jogo. Mas, trazendo para os esforços realizados no campo de inserção do debate para a sustentabilidade, percebemos que existem movimentos que buscam iniciativas e formas de consolidá-las, entretanto, a falta de coordenação e principalmente de monitoramento das ações ao longo prazo não permitem uma solidificação do acontecer político e da concepção de sustentabilidade.

Figura 7. Geografia e Sustentabilidade



Fonte: Adaptado de Matthews; Herbert, 2008, p.14

Quanto aos aspectos dentro da Geografia na tentativa de compreensão da sustentabilidade, ao longo do desenvolvimento da pesquisa, pode-se verificar a inserção e a busca da reflexão dos três principais núcleos conceituais da sustentabilidade partindo dos conceitos essenciais dentro da geografia. Temos o econômico com o viés espacial e ambiental, conectado a construção do espaço e suas características advindas das relações de trabalho, do mercado, da exploração dos recursos naturais e do sistema econômico, o capitalismo. Já ao colocarmos o social, este faz parte das configurações do espaço e da correspondência com o lugar e a

maneira pelo o qual este se constitui ligado à condição humana, associado à identidade cultural e às responsabilidades sociais. E por fim, a constituição ecológica, que respectivamente vem de encontro com as características físicas, naturais e ecossistêmicas.

Ao aproximar a noção de meio ambiente ao próprio conceito de espaço geográfico, estar-se á não apenas superando as dicotomias, freqüentemente postas em análises ambientais, entre ecologia/economia, sociedade/natureza, meio físico biótico/organização socioeconômica, como também atrelando à questão ambiental o dinamismo próprio ao contínuo movimento de criação/(re)criação de espaços (MESQUITA; SILVA, 1993, p.11).

Tal afirmação permite trazer a totalização do espaço, no pensamento geográfico, lembrando que de acordo com SANTOS (2008, p.70), trabalhar as partes e a totalidade do espaço é importante para a análise no contexto espacial. Partindo disso, a pesquisa conseguiu ter uma visão ampliada, porém ao trabalhar com casos isolados essa tenha sido prejudicada no sentido de entender a totalidade, já que foi apreciado somente o contexto institucional da prefeitura no primeiro caso, e no segundo o da associação, sem ocorrer uma expansão no escopo dos parceiros e influências que esses podem adquirir. Entretanto, a pesquisa dá um passo adiante, já que “a tentativa de resolver problemas geográficos apresenta importantes aspectos de “bem público”” (GALLUP et al, p.139, 2007) ao afirmar o potencial das políticas para superação dos entraves da geografia.

De qualquer forma, ao considerarmos a sistematização feita, se pode dizer que a existência de projetos, documentos e programas voltados para a sustentabilidade introduz o discurso para a transformação. Conforme Sultana (2018, p.189), o “emprego de verbas, políticas e projetos será modificado para atingir os objetivos, e isso determina um papel importante em como a sociedade será impactada por um tempo”. No entanto, para causar uma transformação estrutural no sistema de governança e nos resultados, as políticas públicas criadas devem considerar o viés de médio e longo prazo. E o que foi debatido e visto é que a Agenda 21 teve uma excelente elaboração, mas seu impacto foi pontual e a curto prazo, prevalecendo somente durante uma gestão, e depois perdeu seu poder de influência ou foi totalmente descartada. Ao passo que, os esforços da Associação, como por exemplo, na implantação das florestas de bolso, não querem dizer que o local que elas foram implementadas manterá boas condições de uso no futuro.

Portanto, percebemos uma dependência entre o processo e caminho para a construção da sustentabilidade na instituição que a abrange, como no caso da Agenda 21, que de acordo com a entrevistada um, a falta de técnicos (conhecimento) e vontade política-institucional-administrativa não permite a continuidade, para além do modelo de desenvolvimento econômico capitalista vigente. Outro ponto observado na pesquisa e elencado pela entrevistada um, é quanto ao entendimento e compreensão da gestão e ordenamento territorial, a troca de estratégias governamentais e a desconsideração de atividades passadas deixa claro que a maioria dos gestores não compreendem a relação de dependência espacial, ao passo que as decisões e delineamentos acordados em gestões anteriores passam a ser totalmente descartados, não possibilitando a materialização espacial.

No caso da Associação, as manobras elencadas podem sofrer impedimentos de outros atores que atuam na cidade, e depende expressamente da adesão do público e da capacidade de lidar com diferentes atores, que para surtir algum efeito deve estar ligado institucionalmente a outras partes que tenham maior poder de influência. Portanto, o sucesso de suas práticas vai de encontro com a estabilidade institucional da associação e o quanto essa consegue provocar uma sistematização em rede para a adoção de valores sustentáveis por meio de seus ativos informacionais.

Segundo Purvis e Grainger (2004, p.99) “políticas ad hoc podem redefinir ou redistribuir problemas ao invés de assegurar soluções efetivas”. É exatamente isso que acontece, à medida que muitas das políticas públicas passam a ter sentido figurativo. Se vemos a Agenda 21 de Extrema, essa deveria ter provocado mudanças estruturais a ponto de trazer ou pelo menos proporcionar a continuação do pensar a sustentabilidade com uma adaptação para a Agenda 2030, o que não ocorreu. Isso deixa em aberto os problemas que foram denunciados com a criação da Agenda, assim como coloca em desuso as alternativas que foram pensadas. Já na Associação, as atividades desenvolvidas podem ou não ter impactos, e dificilmente trará grandes transformações.

Quanto às análises realizadas dos indicadores, como o IMRS e o Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades, esses ajudam a perceber a evolução dos cenários, e são uma maneira de quantificação do desempenho atribuídos aos

municípios. Eles são importantes pois ajudam a mensurar os esforços e a denunciar os retrocessos, por meio da melhora ou piora das pontuações.

A Agenda 21 e Agenda 2030 são instrumentos riquíssimos e mostram sua sofisticação para pensar a sustentabilidade. Um planejamento inteligente se resume estar orientado para perspectivas futuras, valorizando os benefícios de um prognóstico, a fim de atender as demandas sociais, atuando e mediando conflitos de interesses, providenciando um importante instrumento para a tomada de decisões, e valorizando o caráter estratégico e normativo que um documento para a sustentabilidade tem. Porém, ainda há um grande desafio para a aceitação da sustentabilidade.

A construção socioambiental para a sustentabilidade está condicionada a sua espacialidade, uma vez que a natureza e a sociedade se encontram estabelecidas sobre esse extrato. O espaço geográfico é a parte integrativa das questões ambientais, das relações sociedade x natureza, e do meio ambiente. O embate emblemático entre a produção social e as alterações do meio ambiente, provoca modificações nas configurações espaciais, já que uma vez transformando o ambiente natural em lugar de exploração, estas estarão submetidas às diferentes variações e consequências de impactos, sejam eles negativos ou positivos. Isso nos leva a pensar se o melhor modelo de sustentabilidade deve considerar os impactos mínimos em relação à mudança da natureza e do meio ambiente, em uma paisagem mais aceitável para as condições das gerações futuras, a fim de mitigar os modelos de desenvolvimento atual.

A geografia tem o papel inicial e condicional em possibilitar a performance de aplicação e sucesso das políticas públicas para a sustentabilidade. Uma vez estudando o acontecer político e suas implicações para o espaço geográfico, os geógrafos (as) e outros profissionais poderão proporcionar ferramentas, caminhos e meios para se pensar o planejamento do espaço e do território para a sustentabilidade. O insucesso das políticas públicas se dá devido, principalmente, à desvinculação espacial, o que provoca a interpretação errada de suas aplicações e efetividade. A espacialização de uma política pública e da sustentabilidade é a visualização e incorporação das estratégias no espaço, o que depende da sensibilização para o reconhecimento da população.

REFERÊNCIAS

- AGENDA 21. 1992, p.391. Disponível em: <https://www.ecologiaintegral.org.br/Agenda21.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2022.
- AGENDA 21 DO BRASIL. Um Projeto de Nação, Resumo, Fiocruz, 70p.
- Alcoa e APS plantam a quarta Floresta de Bolso na cidade.** ALCOA, 2021. Disponível em: <https://www.alcoa.com/brasil/pt/news/releases?id=2021/11/alcoa-e-aps-plantam-a-quarta-floresta-de-bolso-na-cidade-&year=y2021> Acesso em: 06 mar. 2022
- ALENCASTRO, M. S. C. **Empresas, ambiente e sociedade: introdução à gestão socioambiental corporativa.** 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2012. v. 1. 125p .
- AMORIM, R. R. Um novo olhar na Geografia para os conceitos e aplicações de Geossistemas, Sistemas Antrópicos e Sistemas Ambientais. **Caminhos de Geografia (UFU)**, v. 13, p. 80-101, 2012.
- ANDRADE, M. **Poder Político e Produção do Espaço.** Recife, Massangana, 1984
- ANDRADE, M. **Modernização e pobreza: a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social.** Editora UNESP, 1994
- ANDRIOLI, A. I. A Atualidade do Marxismo para o Debate Ambiental. **Revista Espaço Acadêmico**, nº 98, Ano IX, p1-8, 2009.
- Associação Poços Sustentável. **Estatuto da Associação Poços Sustentável**, 2014. Disponível em: <http://www.pocossustentavel.com.br/pdf/estatuto2014.pdf> Acesso em:06 mar. 2022.
- BALUGA, A.; CARRASCO, B. The Role of Geography in Shaping Governance Performance. **ADB Sustainable Development Working Paper Series**, Asian Development Bank, n. 73, 2020.
- BARRETO, V. J. G. A relação homem-natureza na obra 'O Homem e a Terra' de Élisée Reclus. In: Encontro Nacional de Geógrafos, 2016, São Luís. Encontro Nacional de Geógrafos, 2016.
- BECKER, B. **A geografia política do desenvolvimento sustentável.** Editora UFRJ, 1997.
- BISPO, Marcileia Oliveira. A CONCEPÇÃO DE NATUREZA NA GEOGRAFIA E A RELAÇÃO COM A EDUCAÇÃO AMBIENTAL. **Revista Terceiro Incluído**, v. 2, p. 25-40, 2012.
- BRASIL. **Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988

BRASIL, Brasília. **Manual de Auditoria Operacional**. Tribunal de Contas da União, 4 ed., 2020, 166p.

BRASIL, Brasília. Presidência da República. **Lei Federal nº 10.257/2001**, Estatuto da Cidade.

BRUNDTLAND REPORT. Our Common Future. 1987, p.318. Disponível em: <https://ambiente.files.wordpress.com/2011/03/brundtland-report-our-common-future.pdf>

CANTELLI, Jefferson Rodrigo; FORNAZIEIRO, Marcos Paulo Almeida ; MARCUCCI, Jessica Corgosinho. NATUREZA, MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE: revisão histórica dos conceitos e suas correlações na ciência geográfica. In: II Congresso Brasileiro de Organização do Espaço e XIV Seminário de Pós-Graduação em Geografia, 2019, Rio Claro/SP. **Anais** do II Congresso Brasileiro de Organização do Espaço; XIV Seminário de Pós-Graduação em Geografia [recurso eletrônico], 2019. p. 185-197. Acesso em: 05 mar. 2022

CARLOS, E.; SILVA, M. Z. . Associativismo, participação e políticas públicas. **POLÍTICA & SOCIEDADE (IMPRESSO)**, v. 5, p. 164-194, 2006.

CASTRO, I. E. **Geografia e política. Território, escalas de ação e instituições**. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. v. 1. 299p.

CASTRO, R. F.; ALVES, F. D. Élisée Reclus: a geografia política a serviço dos explorados. **Revista GeoNorte**, v. 7, p. 69-80, 2013

CARLOS, E. Participação e cultura política no orçamento participativo. In: **Revista de Ciências Sociais Civitas**. Porto Alegre/RS: PUC, 2006.

CRUZ, R. C. A. da. Dimensão Social da Questão Ambiental: contribuições da obra do prof. Milton Santos à compreensão do espaço geográfico. **Geosp**, São Paulo, n.3, p. 9-12, 1998.

Eixos do Programa Cidades Sustentáveis. Cidades Sustentáveis, 2022. Disponível em: <https://www.cidadessustentaveis.org.br/institucional/pagina/eixos-do-pcs> Acesso em: 06 mar. 2022

EXTREMA, Minas Gerais. Agenda 21 de Extrema. Decreto Municipal nº1378/2003. Disponível em: <https://www.extrema.mg.gov.br/wp-content/uploads/2019/11/Agenda-21-de-Extrema.pdf>. Acesso em: 05 de mar. 2022

EXTREMA, Minas Gerais. Elaboração do Plano Municipal de Desenvolvimento Turístico Sustentável (PMDTS), 2021, 295p.

EXTREMA, Minas Gerais. Lei Complementar n. 083 De 25 de fevereiro de 2013. Plano Diretor, 2013, 67p.

EXTREMA, Minas Gerais. Lei nº 4074 de 23 de outubro de 2019. Política Municipal de Educação para a Sustentabilidade, 2019.

EXTREMA, Minas Gerais. Conservador das Águas. Disponível em: <https://www.extrema.mg.gov.br/conservadordasaguas/> Acesso em: 06 mar. 2022

EXTREMA, Minas Gerais. Conservador da Mantiqueira. Disponível em: <https://conservadordamantiqueira.org/> Acesso: 06 mar. 2022

FERNANDES, S. W. S. **Contribuições da Ciência Geográfica às Políticas Públicas**. Tese (Doutorado em Geografia). Departamento de Geografia, Universidade de Brasília. Brasília, p.221, 2015.

FOGAÇA, T. K.; CUBAS, M. G.; TAVEIRA, B. D. A. **Conservação dos recursos naturais e sustentabilidade: um enfoque geográfico**. 1ª. ed. Curitiba: Intersaberes, 2017. v. 1. 241p.

FOLADORI, G. Marxismo e Meio Ambiente. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, SC, v. 25, p. 82-92, 1999.

FOLADORI, G e TOMMASINO, H. El Concepto de Desarrollo Sustentable Treinta Años Después. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n.1, p.41-56, 2000.

GALLUP, J. L., GAVIRIA, A. e LORA, E.; tradução Fernando Santos. **Geografia é Destino? Lições da América Latina**. São Paulo: Editora UNESP, 2007

GAMA, C. M.; MELO, J. A. B. ; MORAIS, N. R. . EVOLUÇÃO DA CIÊNCIA GEOGRÁFICA E TRATAMENTO À QUESTÃO AMBIENTAL. **Caminhos da Geografia** (UFU. Online), v. 16, p. 152-163, 2015.

GIUNTA, I; DÁVALOS, J. Crecimiento económico inclusivo y sostenible en la Agenda 2030: un análisis crítico desde la perspectiva de la soberanía alimentaria y los derechos de la naturaleza. **Revista Iberoamericana de Estudios de Desarrollo**, v.9, p.146-176, 2020

GONÇALVES, K. B. O. **Desenvolvimento Sustentável e Geografia Brasileira**. 1ed. Curitiba: Appris, 2020. 121p. GONÇALVES, C.W.P. **Os (Des)Caminhos do Meio Ambiente**. São Paulo, Contexto, 1989, 148p.

GONÇALVES, C.W.P. **Os (Des)Caminhos do Meio Ambiente**. São Paulo, Contexto, 1989, 148p.

GUTIERREZ, M.B.S. O desenvolvimento sustentável, a necessidade de um marco de governança adequado. Rio de Janeiro, **Boletim de Análise Política-Institucional**, IPEA, nº 4, p. 27-32, 2013

HARVEY, D. **Os Limites do Capital**. Boitempo Editorial, 1982

HARVEY, D. **A Condição Pós-Moderna**. Editora Loyola, 1989

Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal. Disponível em: <https://www.firjan.com.br/ifdm/> Acesso em: 06 mar. 2022

IBGE. IBGE Cidades. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/> Acesso em: 06 mar. 2022

JACOBI, Pedro Roberto; GUNTHER, W. R. ; GIATTI, L.L. Agenda 21 e Governança. Estudos Avançados (USP. Impresso), v. 26, p. 331-340, 2012.

JACOBI, PEDRO R.; SULAIMAN, SAMIA NASCIMENTO. Sustentabilidade, aprendizagem social e governança socioambiental. In: Marcia Maria Dosciatti de Oliveira; Michel Mendes; Claudia Maria Hansel ; Suzana Damiani. (Org.). **Cidadania, meio ambiente e sustentabilidade**. 1ed. Caxias do Sul: EDUCS, 2017, v. 1, p. 8-537.

LEONEL, A. L.; ZIONI, S.; MOMM-SCHULT, S. I. . MACROMETRÓPOLE PAULISTA: Apontamentos sobre uma nova unidade de planejamento. In: XIX Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2019, Natal. XVIII **ENAnpur - Encontro Nacional da Anpur**, 2019.

LIVERMAN, D. M. Geographic perspectives on development goals: Constructive engagements and critical perspectives on the MDGs and the SDGs. **Dialogues in Human Geography**, Vol. 8, p.168–185, 2018.

MANZINI, E. J.. Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PESQUISA E ESTUDOS QUALITATIVOS, 2004, Bauru. **Anais**. Bauru: USC, 2004. v. 1. p. 1-10.

MASSEY, D. Geographies of Responsibility. *Geografiska Annaler*, v. 86, n. 1, p.5-18, 2004. REZENDE, A. Resenha. Massey, Doreen: Pelo espaço: uma nova política da espacialidade. Trad. Hilda Pareto Maciel; Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. 312 p. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 29, n. 1, p. 215-220, 2009.

MATTHEWS, J. A.; HERBERT, D.T. **Geography: A Very Short Introduction**. 1st ed. Oxford, New York. Oxford University Press Inc., 2008, 181p.

MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de. Política (e Ação) Pública, Território e o Papel da Geografia. **Revista da ANPEGE**, v. 7, p. 11-19, 2011.

MENDONÇA, F. **Geografia e Meio Ambiente**. 9 ed. São Paulo: Contexto, 1993; 2021

MENDONCA, F. A.. Geografia Socioambiental. **Terra Livre**, São Paulo, v. 1, n.16, p. 113-132, 2001.

MESQUITA, O. V.; SILVA, S. T. **Geografia e Questão Ambiental**. Rio de Janeiro, IBGE, 1993, 166p.

MINAS GERAIS. **Índice Mineiro de Responsabilidade Social**. Fundação João Pinheiro. Disponível em: <http://imrs.fjp.mg.gov.br/> Acesso em: 06 mar. 2022

MOREIRA, R. **Formação do Espaço Agrário Brasileiro**. Editora Brasiliense, 1990

MOREIRA, R. Geografia e a educação ambiental: o modo de ver e pensar a relação ambiental na geografia. **Espaço em Revista**, v. 11, n.1, p.11-19, 2009.

MULJONO, A et al. Understanding pocket garden users' perspective for urban campus garden sustainability. **IOP Conference Series: Earth and Environmental Science**. 2021.

Organização das Nações Unidas – ONU. Agenda 2030. (2015). Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs> Acesso em: 05 mar. 2022

OLIVEIRA, A. **Modo Capitalista de Produção e Agricultura**. Editora Ática, 1986

OLIVEIRA, A. **A Geografia das Lutas no Campo**. Editora Contexto, 1988
OLIVEIRA, M. M.; FARIAS, P. S. C. ; SÁ, A.J . O Meio Ambiente na Geografia Crítica e na Geografia Humanística: desafios metodológicos para uma didática reflexiva do espaço na escola. **Revista de Geografia (Recife)**, v. 25, p. 119-133, 2008.

PINTO, L. R. **A Abordagem Socioambiental na Geografia Brasileira: Particularidades e Tendências**. Tese (Doutorado em Geografia). Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, p.213, 2015.

PIETER, Saey; PETR, Dostál. Editorial: Geography and Governance, **Belgeo Online**, p.1-5, 2002

PURVIS, M.; GRAINGER, A. **Exploring Sustainable Development: Geographical Perspectives**. 1st ed. London, UK. Earthscan, 2004, 401p.

RODRIGUES, A. M.. A Abordagem Ambiental Unifica as Geografias. In: Mendonça, Francisco; Lowen-Shar, Cicilian; Silva, Márcia. (Org.). **Espaço e Tempo - Complexidade e Desafios do Pensar e Fazer Geográfico**. 1a.ed.Curitiba: ADEMANDAN, 2009, v. 1, p. 167-180.

RODRIGUES, JULIANA NUNES. Políticas Públicas e Geografia : a retomada de um debate. **Geosp (USP)**, v. 18, p. 152-164, 2014.

SACHS, I. O Desenvolvimento Enquanto Apropriação dos Direitos Humanos. Estudos Avançados, **Textos, USP**. São Paulo, p.149-156, 1998.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço e Tempo. Globalização e Meio-Técnico-Científico-Informacional**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1994a.

_____ **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da**

geografia (com a colaboração de ELIAS, D.). São Paulo: Hucitec, 1994b.

_____ **A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. 2º Edição. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____ **O Papel Ativo da Geografia: Um Manifesto**. XII Encontro Nacional de Geógrafos, Florianópolis, 2000.

_____ A Questão do Meio Ambiente: Desafios para a Construção de uma Perspectiva Transdisciplinar. 1994c, p.139-151. **GeoTextos**, vol. 1, n. 1, 2005.

_____ Estrutura, Processo, Função e Forma como Categorias do Método Geográfico. In: _____. **Espaço e Método**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. p. 67 – 79.

SILVA, E. A.; ANDRADE, A. C. . Segregação residencial da cidade média: o caso de Poços de Caldas (MG). In: Gilnei Machado; Rozalia Brandão Torres; Fernando Veronezzi; Mitchel Druz Hiera. (Org.). **Planejamento Urbano, Território e Geopolítica**. 1ed. Londrina (PR): Editora Tibagi, 2019, v. 2, p. 459-473

SMITH, N. **Uneven Development: Nature, Capital and the Production of Space**. 3rd ed. Athens, Georgia. University of Georgia Press, 2008, 344p.

SOUZA, L. ; RAMOS, P. S. ; FRIAS, L . O envelhecimento populacional nos municípios do Sul/Sudoeste de Minas Gerais: uma análise de agrupamento. **REVISTA DEBATE ECONÔMICO**, v. 5, p. 27-46, 2017.

SOUZA, M. A. Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. As Metáforas do Capitalismo. **Cronos**, Natal-RN, v. 10, n. 2, p. 101-117, 2009.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. v. 1. 319p .

SUERTEGARAY, D. M. A.. Espaço Geográfico Uno e Múltiplo. Scripta Nova (**Barcelona**), Barcelona, v. 93, 2001

SUERTEGARAY, D. M. A.; PAULA, C. Q. . Geografia e questão ambiental, da teoria à práxis. **Ambientes: Revista de Geografia e Ecologia Política**, v. 1, p. 79-102, 2019.

SULTANA, F. An(Other) geographical critique of development and SDGs. **Dialogues in Human Geography**, Vol. 8,p. 186–190, 2018

TEIXEIRA, V . A Espacialidade das Políticas Públicas no Brasil: Aspectos Teóricos para a Agenda da Geografia Brasileira. **Caderno Prudentino de Geografia** , v. 01, p. 176-198, 2017.

VALVERDE, O. **Grande Carajás: planejamento da destruição**. Editora UnB, 1989

WHITACKER, G. **Decifra-me ou te devoro. Análise sobre o desenvolvimento sustentável no modo de produção capitalista**. 2017. Dissertação (Mestrado em Geografia). UNESP. Presidente Prudente, 365 p., 2017.

VESENTINI, J. **Geografia, Natureza e Sociedade**. Editora Contexto, 1989

ANEXOS

Roteiro de Entrevista Agenda 21 de Extrema-MG

- 1) Qual a importância dos ODS para as ações da prefeitura?
- 2) Os grupos temáticos da Agenda 21 de Extrema foram divididos utilizando quais critérios? Na época de sua elaboração os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio foram considerados?
- 3) No trecho “A Agenda 21 de Extrema constitui, sem dúvida, uma das mais importantes ferramentas para a elaboração do planejamento municipal e será a essência para a elaboração do Plano Plurianual PPA/2006-2009 Extrema Saudável. Com isso, a Agenda ainda continua sendo base para o PPA? Você conseguiria contextualizar isso, ou me mandar algum documento para comprovação?
- 4) O plano diretor do município serviu de base para a Agenda 21?
- 5) Extrema é nacionalmente conhecida pela Programa Conservador de Águas, um PSA. Em outros setores existe algum programa que também merece ser destacado?
- 6) Eu posso dizer que a concepção e o delineamento de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável continua o mesmo para o município, assim como na Agenda 21? (Significado da Palavra)
- 7) As premissas de construção da Agenda 21 ainda são atendidas pelo município? (Compromisso Institucional, Processo Participativo, Integração Intersetorial, Integração dos 3 valores da sustentabilidade, construção de parcerias?)
- 8) Chamando a atenção para a Governabilidade e Governança, a gestão continua descentralizada ou é centrada? Qual modelo de governança é utilizado pela prefeitura? (Exemplo: ESG)
- 9) Segundo a Agenda de Prioridades, objetivo 1, o que me chamou a atenção foi as políticas de microcrédito, quais tipos tem e ainda se encontra em vigor?
- 10) Houve a adaptação da Agenda 21 para a Agenda 2030 e para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável? O município tem algo relacionado a promoção dos ODS?
- 11) Como foi realizado o estudo de inserção regional de Extrema?
- 12) A cidade recebe o ICMS ecológico, ou algum outro?
- 13) Você acredita que a participação pública do povo é frequente e efetiva no município de Extrema?

- 14) Como Extrema acompanha o atingimento das metas da Agenda e Objetivos para o desenvolvimento sustentável? Há recolhimento de dados a nível municipal?
- 15) Desde a construção da Agenda 21 até os dias atuais o que mudou em respeito a qualidade de vida, bem-estar social, e acesso a recursos e infraestruturas? (Exemplo.: Tratamento de Esgoto)
- 16) Todas as diretrizes da Agenda 21 foram alcançadas?
- 17) Entraves para a sustentabilidade, quais deles você ainda considera como um problema?
- 18) Quanto as bases legais para o desenvolvimento econômico atual, há uma legislação melhor elaborada? Há secretaria específica para esse assunto? (4.8.1 Bases Legais para a Promoção do Desenvolvimento Econômico)
- 19) Quais as parcerias regionais do município no contexto da sustentabilidade? As parcerias mencionadas na Agenda ainda se mantêm?
- 20) A conscientização da população facilitou a implementação de políticas públicas? Na sua opinião, essa participação contribuiu para uma nova configuração espacial da cidade?

Roteiro de Entrevista APS

1. Qual a importância dos ODS para as ações municipais?
2. O que é sustentabilidade para a APS?
3. Quem são os agentes participantes na associação? Quantos são? E quanto ao perfil dos membros (escolaridade, sexo, classe social)?
4. A associação pode ser considerada um observatório social. Qual é o papel da aprendizagem social no contexto do Poços Sustentável? (Colaboração, cooperação, coletividade)
5. A associação é um espaço deliberativo? (No sentido de gestão democrática, integrada e compartilhada, onde ocorre a consulta dos membros e agentes exteriores para a tomada de decisões)
6. Os vínculos associativos são sólidos e promissores? Ocorre a inclusão da maioria dos atores sociais?
7. Como está estruturada a Agenda da APS para o desenvolvimento sustentável?
8. Quais atividades são desenvolvidas ou já foram desenvolvidas junto a população, a prefeitura, etc?
9. Quais foram os melhores momentos da associação? (Quando vocês conseguiram maior participação do público em geral)
10. Você acredita que o poder de abrangência e atuação da APS é satisfatório de acordo com os objetivos da APS? Quais são os principais objetivos (prioridades)?
11. Quais parcerias a associação tem? (Falar um pouco sobre a RAPS -Rede de Ação Política pela Sustentabilidade)
12. Até que ponto no contexto social e da cultura política, a APS proporciona uma cidadania mais efetiva?
13. Qual é o papel transformativo da APS na elaboração e implementação de políticas públicas em Poços de Caldas?
14. A APS é um movimento associativista civil, partidário ou sindical?
15. Qual é o contexto de surgimento da Associação? (Não consegui acessar pelo site)
16. Vocês acompanham a sustentabilidade das instituições do município?
17. Vocês oferecem algum tipo de serviço, como consultoria, avaliação institucional, ou estudos para suporte de políticas públicas?